Quinta-feira, 25 de setembro de 2025 I Série — Número 20

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Susana Alexandra Lopes Correia
Sandra Cristina de Sequeiros Pereira

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato por um Deputado do CH e à suspensão do mandato da Deputada do BE e respetivas substituições.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.os 33 e 34/XVII/1.ª, do Projeto de Deliberação n.º 14/XVII/1.ª, dos Projetos de Lei n.os 213, 214, 216 e 218 a 231/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.os 299, 300 e 303 a 308 /XVII/1.ª.

Ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigoº 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro) sobre «Impulso reformista e credibilidade económica e financeira». Após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados André Ventura (CH), José Luís Carneiro (PS), Mariana Leitão (IL), Rui Tavares (L), Paulo Raimundo (PCP),

Andreia Galvão (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Paulo Núncio (CDS-PP), Hugo Soares e João Pedro Louro (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 181/XVII/1.ª (L) — Alarga o regime de concessão de crédito bonificado à habitação aos membros do agregado familiar que coabitam com a pessoa com deficiência, 192/XVII/1.ª (PAN) — Alarga o universo de beneficiários do regime de crédito bonificado à habitação e aumenta o montante máximo dos empréstimos elegíveis no âmbito desse regime, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, e 203/XVII/1.ª (BE) — Alarga a proteção das pessoas com deficiência no acesso ao regime do crédito bonificado à habitação, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 284/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que inclua no mapeamento e na distribuição de habitação um critério que facilite o acesso à habitação às famílias com membros do agregado familiar com mobilidade reduzida. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Marina Gonçalves (PS), Jorge Pinto (L), Ana Oliveira (PSD), Andreia Galvão (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Núncio (CDS-PP), Filipe Sousa (JPP), Angélique Da Teresa (IL), Alfredo Maia (PCP), Eduardo Teixeira (CH) e João Antunes dos Santos (PSD).

Apreciaram-se os Projetos de Resolução n.os 221/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de garantia para assegurar o pagamento direto do diferencial das passagens aéreas abrangidas pelo subsídio social de mobilidade e 271/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de garantia financeira que assegure que os residentes das Regiões Autónomas da Madeira e Açores pagam apenas o valor fixo das passagens aéreas. Intervieram, a diverso título, os Deputados Filipe Sousa (JPP), Angélique Da Teresa (IL), Ana Martins e Francisco Gomes (CH), Andreia Galvão (BE), Sofia Canha (PS), Patrícia Gonçalves (L), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Moniz (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Vânia Jesus (PSD).

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 18 horas e 59 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas das galerias, para quem quiser assistir aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas 1 minuto.

Eu pedia aos Srs. Deputados para, quando estão em trânsito, tentarem fazer o menos barulho possível, para o Sr. Secretário da Mesa poder fazer a leitura do expediente com condições e para também não pôr em causa a sua voz. Vamos ter de votar também dois pareceres.

Boa tarde, Sr. Primeiro-Ministro, seja bem-vindo, bem como os restantes membros do Governo.

Pausa.

Peço então ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler os pareceres.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Muito obrigado, Sr. Presidente. São dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Pedia atenção, porque vamos ter de fazer a votação destes pareceres e, portanto, pedia aos Srs. Deputados e às Sr.ªs Deputadas o favor de terem isto em atenção.

Faça favor, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, são dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados.

O primeiro é no sentido da assunção do mandato por Rui Alexandre Nunes Fernandes, por efeito da renúncia pelo Deputado Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro, eleito pelo Círculo Eleitoral de Leiria, que produz efeitos a partir do dia 22 de setembro de 2025, inclusive.

E um outro parecer é relativo à suspensão do mandato, requerida pela Deputada Mariana Rodrigues Mortágua, eleita pelo Círculo Eleitoral de Lisboa, com efeitos a partir do dia 22 de setembro de 2025, inclusive, e até ao dia 22 de outubro de 2025, inclusive, que, cumprindo os requisitos legais, será substituída por Andreia Almeida Duarte Baptista Galvão, com efeitos a partir do dia 22 de setembro de 2025, inclusive, e até ao dia 22 de outubro de 2025, inclusive.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão em apreciação os pareceres.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-los.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Peço agora ao Sr. Secretário o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro as Propostas de Lei n.ºs 33/XVII/1.ª (ALRAA) e 34/XVII/1.ª (GOV).

Deu também entrada na Mesa o Projeto de Deliberação n.º 14/XVII/1.ª (PS).

Deram ainda entrada os Projetos de Lei n.ºs 213 e 214/XVII/1.ª (PS), 216/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP), 218, 219, 220, 221, 222, 223 e 224/XVII/1.ª (L), 225, 226 e 227/XVII/1.ª (PCP), 228 e 229/XVII/1.ª (PAN), 230 e 231/XVII/1.ª (BE).

Refiro, para terminar, que deram entrada os Projetos de Resolução n.ºs 299, 300 e 308/XVII/1.ª (L), 303 e 307/XVII/1.ª (PS), 304/XVII/1.ª (CH), 305 e 306/XVII/1.ª (CDS-PP).

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Peço à Sr.ª Deputada Sandra Pereira o favor de assumir a sua posição na Mesa.

Pausa.

Vamos então entrar no ponto 1 da nossa ordem do dia, que consiste no debate com o Primeiro-Ministro sobre «Impulso reformista e credibilidade económica e financeira».

Dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para a intervenção inicial.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O ímpeto reformista é a essência do nosso projeto para transformar Portugal, de modo a resolver os problemas dos portugueses.

Este é um Governo humanista e reformista, e é seguindo esse desígnio que amanhã, no Conselho de Ministros, aprovaremos mais um conjunto muito significativo e amplo de medidas na área da habitação.

O foco é promover habitação a preços moderados para os portugueses e, em particular, para a classe média.

Entre as medidas a aprovar amanhã, estarão: para os inquilinos, já em 2026, um aumento para 900 € e, em 2027, para 1000 €, de dedução à coleta de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) dos encargos com as rendas de habitação a preços moderados;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … para os senhorios, a redução da taxa de IRS de 25 % para 10 % nos contratos de arrendamento de habitações a rendas moderadas; em terceiro lugar, o fim das mais-valias de IRS na venda de habitações, se o valor for reinvestido em imóveis para arrendamento a valor moderado;…

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … em quarto lugar — entre outras, repito — a simplificação dos licenciamentos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, encurtando prazos e agilizando processos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estas medidas reforçam o programa Construir Portugal e complementam o conjunto que aprovámos na semana passada, centradas no financiamento de habitação pública e na disponibilização do património do Estado e que incluem, entre outras: uma linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento de 1340 milhões de euros para a construção e renovação de 12 000 habitações públicas para arrendamento; um programa de parcerias para o arrendamento com rendas moderadas, que, através de parcerias público-privadas, vão disponibilizar imóveis públicos, hoje devolutos, para arrendamento para a classe média; a simplificação de procedimentos, incluindo isenção de fiscalização prévia do Tribunal de Contas dos contratos de financiamento para promoção, reabilitação e aquisição de imóveis e alterações ao Programa 1.º Direito, para agilizar o pagamento dos apoios; e a venda de imóveis do Estado que não têm aptidão para habitação, a preços moderados, para financiar, precisamente, os respetivos programas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta aposta reformadora na habitação vem na linha das medidas transformadoras que temos vindo a assumir.

Destaco, entre outras, e nestes pouco mais de 100 dias de mandato: a redução da carga fiscal sobre o trabalho;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … o aumento, que está em execução, do salário mínimo e também do salário médio; o aumento do complemento solidário para idosos e das pensões; a valorização salarial das carreiras do

Estado; a regulação, com humanismo e capacidade de integração, da matéria relativa à imigração; o reforço da segurança, com policiamento de proximidade e com a realização de operações especiais de prevenção e fiscalização; na educação, a reposição da normalidade social na abertura do ano letivo, dando aos alunos, aos pais, aos professores e aos dirigentes das escolas a tranquilidade de que precisam, ao mesmo tempo que estamos a centrar a escola na essência da sua tarefa, formar e ensinar —…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e para isso contribuem muitas medidas, entre as quais destaco também aquelas que tomámos relativamente ao uso dos telemóveis;…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … a privatização da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), para garantir o crescimento da companhia e, com isso, preservar a sua relevância estratégica para o País, numa política que se conjuga com a decisão de construção do novo aeroporto Luís de Camões.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Na saúde, prosseguimos o esforço de transformação estrutural face ao estado em que encontrámos o Serviço Nacional de Saúde, com alguns importantes progressos que já se obtiveram, apesar das dificuldades, que não escondemos.

Os números de 2025 face a período homólogo de 2024 apontam para a realização de mais 2,7 % de consultas, mais 5,4 % de cirurgias, mais 5,8 % de cirurgias oncológicas e a redução de 16 % do tempo médio de espera nas urgências.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, na minha recente visita à China e ao Japão, comprovei também, e uma vez mais, a invejável reputação internacional de Portugal, designadamente quanto à credibilidade económica e financeira do País.

Num contexto internacional de insegurança e incerteza, gerado por guerras e conflitos, também comerciais, Portugal é cada vez mais um reconhecido farol de estabilidade e fiabilidade, quer na Europa quer à escala mundial.

Na União Europeia, somos dos países com melhor *performance* a nível económico e financeiro.

Em apenas duas semanas, como é público, registámos duas subidas do *rating* da República Portuguesa pelas agências internacionais.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estas subidas do *rating* justificam-se pela nossa política orçamental e também pelo nosso desempenho económico.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Num quadro que é, de facto, muito desafiante, nós mantemos hoje os nossos principais objetivos.

Em primeiro lugar, termos, em 2025, um crescimento económico acima da média da União Europeia, próximo de 2 %, e um superávite a rondar os 0,3 %, e a continuação de uma trajetória de redução do rácio da dívida pública.

Sr.as e Srs. Deputados, estas metas são atingíveis. Como ainda ontem o INE (Instituto Nacional de Estatística, IP) confirmou, em 2024 a economia cresceu 2,1 % e a dívida baixou 3,3 pontos percentuais, e o superávite — é bom recordar — excedeu todas, todas mesmo, as previsões que eram feitas, incluindo a do próprio Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A exigência, bem o sabemos, é grande, mas não há nenhuma razão para duvidarmos da nossa capacidade, da capacidade da economia portuguesa.

No emprego, em julho de 2025, registámos mais de 5,2 milhões de pessoas empregadas, sendo o valor mais elevado desde fevereiro de 1998.

A taxa de desemprego diminuiu para 5,8 %, face a julho de 2024, menos 0,7 pontos percentuais, e mesmo a taxa de desemprego jovem, que continua a ser elevada, preocupante, na qual estamos focados para poder diminuir o respetivo valor, fixou-se em 18,9 %, menos 2,3 pontos percentuais face ao período homólogo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, no próximo mês iniciaremos o processo de discussão orçamental nesta Assembleia. O Governo está a elaborar o Orçamento do Estado para 2026 e tudo fará para garantir a estabilidade e a continuação do bom desempenho económico e financeiro do País.

Reunimos com todos os partidos com assento parlamentar e ouvimos as suas propostas, num espírito de abertura e diálogo democrático. O Governo da AD (Aliança Democrática) tem um programa, e esse programa é para executar. É um programa que foi apresentado nesta Assembleia e que, não tendo sido rejeitado, mereceu a confiança dos Srs. Deputados para poder ser executado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Este não é, portanto, um momento de agendas políticas partidárias, muitas vezes egoístas, e muito menos o tempo para termos instabilidade política. De todos os partidos, esperamos, por isso, sentido de responsabilidade e disponibilidade para colocar o interesse nacional e dos portugueses à frente de qualquer interesse particular.

O contexto internacional assim o exige, o sentido de Estado assim o determina. Os portugueses não compreenderiam que fosse de outra forma, porque eles, os portugueses, sabem que Portugal deve continuar a ser um farol de estabilidade. O País não pode nem deve ficar refém de crises políticas ditadas por caprichos partidários ou mesmo pessoais.

Da parte do Governo, manteremos a nossa trajetória reformista e o rumo da transformação estrutural de Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Governo continuará a assumir o seu papel, com responsabilidade, com sentido de visão, com determinação em executar o seu programa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É caso para concluir dizendo: com este Governo, a mudança vai continuar!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, agora entrar na ronda das perguntas dos partidos. Para o efeito, o primeiro partido é o Chega. Dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 10 minutos para o efeito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e ao Governo aqui hoje presente.

Sr. Primeiro-Ministro, se há tema que eu não esperava que hoje viesse aqui trazer era o da saúde.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

E digo-lhe porquê: porque, de facto, dizer que a mudança está a acontecer na saúde só se for uma mudança para pior, porque nenhuma mudança para melhor está a acontecer na saúde.

Este ano, e só este ano, em oito meses e meio, nasceram 57 bebés em ambulâncias. Sr. Primeiro-Ministro, nasceram 57 bebés em ambulâncias, durante o seu Governo, durante a sua gestão da saúde. Uma Ministra da Saúde que ninguém queria, o Sr. Primeiro-Ministro insistiu, e a gestão está à vista de todos: bebés a nascer em ambulâncias, hospitais e urgências fechados, falta de profissionais.

E o Sr. Primeiro-Ministro vem aqui dizer que a mudança continua. Qual mudança é que continua? Mas mais! Ficámos a saber que, só num mês, mais 8000 pessoas ficaram sem médico de família — mais 8000 pessoas ficaram sem médico de família —, com um líder partidário que dizia a António Costa: «Com o PSD é que vai ser, vamos acabar com a falta de médicos de família.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, desculpe lá, mas hoje é preciso responder a isto: qual é a mudança que está a acontecer na saúde? O que é que garante a quem nos está a ver, talvez naquela que é a área mais decisiva e fundamental, que está mesmo a fazer alguma coisa? Porque hoje, quando olhamos, francamente, a diferença do Governo Montenegro e do Governo António Costa em matéria de saúde é zero, e isso é muito negativo para Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, creio que não lhe criei um problema por tê-lo surpreendido em poder falar das matérias da saúde, porque, efetivamente, a saúde é um dos temas que mais preocupa os portugueses…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tem razão!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e um dos temas que mais mobiliza a vontade transformadora e reformadora do Governo.

O ponto de partida foi, como nós sabemos, um ponto de partida muito mau. O Serviço Nacional de Saúde que herdámos, do ponto de vista da gestão, apresentava, e apresenta, múltiplos problemas, múltiplos desafios, muitos deles estruturais que não se resolvem num curto espaço de tempo.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas é preciso ir acumulando melhorias, acumulando benefícios no serviço que é proporcionado e também aproveitar para resolver esses constrangimentos estruturais. Sabemos que não foi por falta de meios financeiros, pois a despesa na área da saúde quase que duplicou nos oito anos de Governos do Partido Socialista.

Isto, como ponto de partida, Sr. Deputado, é para lhe dizer que não ouvirá da minha parte, nem podemos ouvir da parte de ninguém — nem da sua, creio eu — dizer que de um dia para o outro os problemas da saúde são resolvidos. Não é possível.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas era em 60 dias, estava no programa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, 60 dias para apresentar um programa de transformação estrutural,…

Vozes do CH e do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que está executado em mais de 80 % — executado em mais de 80 %.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esse tema, de resto, Sr. Deputado, já foi dirimido na última campanha eleitoral, e os portugueses mostraram compreender o alcance da transformação que o Governo está a empreender.

Protestos do CH.

Vozes do PS: — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É com base nessa transformação que temos tido muito melhor desempenho do Serviço Nacional de Saúde agora do que havia anteriormente, quer nos picos de inverno, quer nos picos de verão. Eu notei que o Sr. Deputado não se referiu à *performance* da resposta do Serviço Nacional de Saúde, precisamente no verão, quando em junho e julho antecipava que viria aí o caos.

Agora, resultados, Sr. Deputado. Vamos a resultados e vamos a números, se quiser, para poder confrontar com as questões que coloca. Olhe, relativamente aos médicos de família, vou dizer-lhe: entre agosto de 2024 e agosto de 2025, portanto, um período da total responsabilidade do Governo que está em funções e das forças políticas que o suportam, conseguimos atribuir uma resposta a mais 391 157 portugueses. É este o resultado da intervenção do Governo.

Aplausos do PSD.

Agora, é verdade que este número tem sido parcialmente anulado, porque, entretanto, ingressaram no Serviço Nacional de Saúde 230 398 novos inscritos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem são?! Quem são eles?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é verdade, estamos a tentar acelerar a execução do programa de transformação, com vista a ter uma oferta ainda maior, visto que é fácil chegar à conclusão que a capacidade instalada na Administração Pública não é suficiente, apesar das medidas que estamos a tomar, nomeadamente, incrementando incentivos para o recrutamento e a manutenção de médicos no Serviço Nacional de Saúde, incrementando as chamadas unidades de saúde familiar de modelo B e de modelo C, em parceria com instituições sociais, instituições, até, privadas e municípios, e, naturalmente, podendo reforçar os recursos humanos da Administração Pública.

Não tem sido fácil, porque não podemos inventar uma disponibilidade de recursos humanos onde ela não existe, mas estamos a tomar as medidas precisamente para esse reforço.

No mais, Sr. Deputado, quer ao nível das consultas, quer ao nível das cirurgias, não conseguimos recuperar todo o tempo que está em espera, acumulado ao longo de anos, mas o desempenho de 2025 é melhor do que o desempenho de 2024, e o de 2024 já tinha sido melhor do que o de 2023.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, francamente, não quero que me diga que está a fazer um bocadinho melhor do que o PS fez,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era tão mau!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … porque, vamos ser francos, fazer um bocadinho melhor do que alguma coisa que foi tão má não é muito difícil de fazer, não é?

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Quer dizer, fazer um bocadinho melhor do que o Partido Socialista não pode ser a ambição do País. Dei-lhe dados concretos: 57 bebés nasceram em ambulâncias. Qual é a sua resposta para isso? «Ah, estamos a dar uma resposta melhor.» Então que resposta tem para isto?

É verdade, está a chegar mais gente e, por isso, estamos a ficar com menos médicos de família para as pessoas. Então vamos dizer o que é: estão a entrar imigrantes que não deviam, por isso é que não há saúde para todos — por isso é que não há saúde para todos!

Aplausos do CH.

Mas o Governo não tem coragem de dizer isto, que é evidente: se 8000 pessoas, num mês, ficaram sem médico de família e 25 000 se inscreveram em centros de saúde, todos sabemos quem são e de onde vieram. Que o PS esteja calado, isso já é normal,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… agora que o PSD esteja calado, isso não.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, temos de correr daqui para fora com quem não está legal neste País e temos de o fazer rapidamente, rapidamente.

Aplausos do CH.

Por isso, registo que o programa de 60 dias era mesmo isso, era um programa de 60 dias para apresentar um *PowerPoint* não muito diferente daquele que Pedro Nuno Santos, certamente, apresentaria sobre a TAP ou sobre outra coisa qualquer.

Mas há uma coisa que tenho de lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, já que estamos a tocar nos imigrantes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estamos?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria perguntar-lhe se é verdade que entrou um projeto do Governo sobre a lei de estrangeiros, e vou dizer-lhe porquê: é que nós não sabemos de nada. Não sei se alguém aqui sabe, mas o PSD não tem maioria aqui nesta Assembleia da República. Portanto, notei, com algum espanto, nas notícias que o Governo tinha dado entrada com um novo projeto sobre estrangeiros.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Não sei porquê, nem como, nem quem. Da parte do Chega, ninguém foi contactado sobre isso.

Mas vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: a arrogância é má conselheira, geralmente,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — … e nas últimas eleições já percebeu isso. Também eu pensava que tinha percebido que este não era um Parlamento de maioria, e não vale de nada, com todo o respeito, pôr um ministro seu a falar à segunda, à terça e à quinta sobre imigração, porque, quando chega ao momento, são tão frouxos na imigração como o Partido Socialista! Não vale de nada!

Aplausos do CH.

Ora, reagrupamento familiar: «Ai, o Presidente vetou a lei, vamos voltar atrás.» Mas qual voltar atrás?! Nós nunca voltamos atrás!

Aplausos do CH.

Nós nunca voltamos atrás! Nós nunca voltamos atrás! Nós nunca voltamos atrás! Este País precisa de regra, de lei e de controlo.

Nós não voltamos atrás porque um presidente em fim de mandato acha que nos deve…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foi aos hambúrgueres!

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Rui Tavares, tem calma, tem calma, Rui Tavares. Tem calma, tem calma. Tem calma, tem calma. Tem calma, Rui Tavares. Tem calma, tem calma, Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu sei que gostam mais dos estrangeiros que estão lá fora a manifestar-se, mas calma, calma.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Gosto mais de pessoas verdadeiras e honestas!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, dito por quem está lá, a tal unidade de estrangeiros que nos prometeram não tem edifício, não tem viaturas, não tem comandantes, não tem efetivos, não tem nada! Foi do vosso papel para agradar aqui a alguém, para nos fazer de parvos!

Ó Sr. Primeiro-Ministro, quando é que vai perceber isto: ou somos firmes na imigração ou a imigração acabará com Portugal. Se não percebe isto, deixe-nos a nós governar para perceber.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, deixe-me dizer-lhe que roça o ridículo…

Vozes do PS: — Roça?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … aduzir a arrogância e depois exprimir-se no tom em que o fez.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é preciso falar muito alto, Sr. Deputado, para ter razão, pelo contrário. Mas, sobretudo, dizer coisas como esta, «nunca voltar atrás, nunca voltar atrás», isso não é nada arrogante!

Perante a pronúncia de dois órgãos de soberania — o Sr. Presidente da República e o Tribunal Constitucional —, perante a devolução ao Parlamento de um instrumento legislativo que teve o seu apoio,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Até agora não nos disseram nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … a sua resposta — nada, nada cravada na arrogância, portanto, com grande tolerância democrática — é: «Não fazemos nada, mantemos tudo na mesma.»

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, confirmamos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, é preciso respeitar o funcionamento da democracia, das regras da democracia,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… e o Sr. Deputado instou o Governo a tratar o Parlamento e as forças políticas aqui representadas com respeito, nomeadamente, quando disse «o Governo apresentou, mas não tem maioria», como quem diz «tem de negociar democraticamente com as outras bancadas». É verdade…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não negociou nada!

Mas a negociação não é a imposição da vontade do Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não negociou nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado André Ventura tem de aprender a conviver com as regras da democracia.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa: nós não estamos, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, a permitir que entrem, e de forma desregulada, mais imigrantes em Portugal.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não parece!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não estamos. E aqueles que estão a ingressar no Serviço Nacional de Saúde são aqueles que já cá estavam.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — São aqueles que estão a trabalhar em Portugal, que estão a fazer os seus descontos em Portugal, que estão integrados em Portugal, Sr. Deputado.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — São esses, não são outros. São esses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem o PSD acredita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — São aqueles que compõem os mais de 400 000 processos pendentes que tivemos de regularizar, Sr. Deputado.

Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado ainda se insurgiu, porque alguns que não cumprem as regras têm de sair de Portugal. Estamos de acordo. Só que essas regras estiveram um ano à espera que o Sr. Deputado acabasse com a sua birra e aprovasse no Parlamento o instrumento para acelerar as regras do retorno e a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Unidade essa que está a funcionar e que tem alocados cerca de 1200 profissionais da Polícia de Segurança Pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, para continuar a inquirir o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, temos de respeitar aquilo que o Sr. Presidente da República decide fazer e devolve a esta Casa.

Mas sabe o que é que, para mim, é mais importante do que aquilo que o Presidente da República decide fazer? Sabe o que é que, para mim, é mais importante do que aquilo que qualquer um dos senhores decide fazer? É o voto dos portugueses, que foi o que decidiu aquilo que tinha de ser feito, no dia 18!

Aplausos do CH.

É que os portugueses, no dia 18, disseram que queriam menos imigração, queriam controlo de fronteiras. Não queriam que um estrangeiro chegasse e passasse à frente de um português no Serviço Nacional de Saúde. Não queriam isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não queriam que os filhos dos estrangeiros passassem à frente dos portugueses nas creches, onde não têm vagas. Não queriam que isso acontecesse.

Aplausos do CH.

Protestos do PS e do L.

E se, para impedir isso, é preciso ir contra a vontade do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Presidente da República, de quem seja, vou-lhe dar uma novidade, Sr. Primeiro-Ministro: nós iremos contra a vontade de quem seja…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … para pôr os portugueses em primeiro lugar neste País. Iremos contra a vontade de quem quer que seja!

Aplausos do CH.

Já que falamos de portugueses e já que está aqui o Sr. Ministro da Coesão, talvez hoje fosse outro bom dia para falarmos nisto. É que, quando questionado acerca da tragédia da gestão dos incêndios, com casas que arderam de emigrantes portugueses, que estão lá fora, foi isto que o Sr. Ministro disse: «Deviam ter seguro.»

O orador exibiu uma notícia.

«Deviam ter seguro», para os portugueses que estão lá fora a trabalhar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para os que vêm para cá, é bar aberto e bandalheira para fazerem tudo, mas os nossos que estão lá fora deviam ter seguro. Deviam ter seguro! Disse aqui um ministro da República que deviam ter seguro!

Aplausos do CH.

Ou seja, o PSD votou contra os imigrantes, quando cá entram, terem de ter seguro. Mas os nossos portugueses que foram para fora, esses têm de ter seguro.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, isto não é birra nenhuma, é o senhor perceber que é Ministro de Portugal, não é do Bangladesh, nem da Índia, nem do Paquistão, nem de nenhum outro país. É de Portugal! De Portugal!

Aplausos do CH.

Eu queria-lhe dar a oportunidade de, neste debate, desmentir isto que o Sr. Ministro disse. E queria-lhe dizer que isto, com todo o respeito que tenho por si, Sr. Ministro, é um disparate sem tamanho, dito por um órgão de soberania, que afronta os portugueses na sua dignidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, podemos prolongar o debate sobre o funcionamento da democracia, porque o Sr. Deputado, de facto, precisa de aprofundar a sua intervenção e posição nesse contexto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu fiz-lhe uma pergunta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é verdade que os grupos parlamentares dos partidos têm liberdade de expressar as suas posições e de as poder transformar em instrumentos de lei, com força de lei. Mas é preciso que respeitemos o funcionamento do sistema político, e o Sr. Deputado faz parte do sistema político,…

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Faz parte do regime!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … mesmo que, muitas vezes, se queira apresentar como oposição ao sistema político.

Neste sistema político, não se esqueça, Sr. Deputado, de duas ou três coisas. Olhe, a primeira é que Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, tem uma representatividade maior que a sua.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Evidente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque, embora ambas emanem do voto direto e democrático, o Sr. Presidente da República foi eleito com mais de 50 % e à primeira volta, já agora. E duas vezes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há cinco anos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, é preciso não só saber as regras da Constituição, como o fundamento da legitimidade de cada um dos órgãos de soberania.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A legitimação da vontade popular plural da vontade política no Parlamento não é unidirecional, está aqui dividida, e o Sr. Deputado não representa a maioria.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não! Eu fiz-lhe uma pergunta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quem representa a maioria maior nesta Casa é o Grupo Parlamentar do PSD.

Aplausos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu fiz-lhe uma pergunta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E só a seguir é que vêm dois grupos parlamentares com mais ou menos a mesma representatividade. Portanto, o Sr. Deputado tem de ter humildade.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Responda! Está a perder tempo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já lá vamos.

Como dizia, tem de ter humildade e capacidade de se poder afirmar, com certeza, com as suas ideias, mas dentro das regras.

O Sr. Deputado tem tendência para pensar que só a sua opinião é que conta…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas e sobre isto?!

O Deputado do CH André Ventura voltou a exibir a notícia à qual se referiu na sua intervenção anterior.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e, ainda por cima, sempre na base da confusão, da desinformação, da vontade clara, assumida, de explicar na sua medida as suas posições.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Responda à pergunta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, o PSD e este Governo não recebem lições nem de patriotismo nem de respeito pela nossa comunidade emigrante de ninguém.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Responda lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, Sr. Deputado, essas regras estão definidas numa lei-quadro…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas foram palavras do seu ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que este Governo aprovou e que o Sr. Deputado está à vontade para poder apreciar aqui, no Parlamento. Cá estaremos para fazer essa discussão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Não respondeu!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa antes de continuar.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se aceita receber 10 segundos do Grupo Parlamentar do Chega para poder responder à questão que lhe fizemos, que é a de saber se se revê ou não naquelas palavras.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — É uma interpelação à Mesa, portanto…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estou a fazer uma interpelação à Mesa.
Eu compreendo que o Sr. Primeiro-Ministro esteja habituado a não responder às perguntas,…

O Sr. **Presidente**: — Já percebemos a interpelação. Não é uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — … mas o principal partido da oposição fez-lhe uma pergunta, e gostávamos de ter resposta sobre os emigrantes portugueses. Para isso, estamos dispostos a dar 10 segundos ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.
Sr. Primeiro-Ministro, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa — não preciso dos 10 segundos do Chega —, nos mesmos termos do Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É para, através de V. Ex.ª, dizer ao Sr. Deputado André Ventura que o Governo, naturalmente, concorda com toda a visão que está subjacente ao diploma que aprovámos…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e que permite, pela primeira vez, que em Portugal se saiba, antes das ocorrências e dos incidentes,…

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … quais são os apoios que estão disponibilizados para as pessoas afetadas, num regime de justiça relativa entre todos os cidadãos, e não de demagogia barata.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não respondeu! E os emigrantes?! Os emigrantes?!

O Sr. **Presidente**: — Está-se a criar uma figura regimental nova, que é estabelecer um debate por via do Presidente da Assembleia da República, pedindo que o Presidente da Assembleia da República seja aqui um *bypass*. Peço que tenham contenção nessa matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, para continuar a interpelação ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ficou registado. E acho que a comunidade emigrante, que está lá fora, ficou também muito clarificada sobre a falta de resposta do ministro e sobre como, às vezes, um primeiro-ministro pode trair um país desta forma, esquecendo a sua comunidade emigrante. Ficámos clarificados sobre isso.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Do mesmo modo, sobre aquilo que lhe perguntei, o Sr. Primeiro-Ministro pode dizer que estão alocados à UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras), no papel, os meios que quiser. Não têm viaturas, não têm edifícios, não têm operacionais, não têm nada.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Têm, têm!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não têm meios administrativos, não têm nada. Os senhores não quiseram avançar com nada. Esta é a verdade que as pessoas sabem e conhecem.

Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me tocar em mais dois pontos. Sei que já não tem tempo para responder, mas um é a falta de professores e a existência de horários por preencher, algo que nos tinha dito que não aconteceria este ano, mas que voltou a acontecer, e voltámos a ter milhares de alunos sem aulas e sem professores. Continuamos com o mesmo drama que o Partido Socialista nos deixou, que é falar da escola, da escola, da escola, da escola, mas a desprezar a escola, a escola, a escola, a escola, e continuamos a fazer o mesmo.

Mas não vou fugir ao tema que vai servir como uma espécie de afrodisíaco político à esquerda esta tarde, que é o reconhecimento da Palestina por parte do Estado português. Sr. Primeiro-Ministro, até tenho aqui o Ministro Nuno Melo ao meu lado, e eu sei que ele concorda comigo, portanto, até estamos mais à vontade para falar sobre isto.

Risos do CH.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Isto é um despacho seu que vou ler, de 31 de julho — seu, por amor de Deus: «Para se reconhecer a Palestina, é preciso a libertação segura dos reféns, a realização de reformas democráticas pela Autoridade Palestiniana, a desmilitarização do Estado e do Hamas, o desarmamento do Hamas, o reconhecimento de Israel pela Autoridade Palestiniana.»

Sr. Primeiro-Ministro, ao dia de hoje, nem a Autoridade Palestiniana reconheceu Israel nem libertou os reféns, e muitos deles continuam em cativeiro.

Protestos de Deputados do PS, do L e do PCP.

Ai, libertaram os reféns?! Só se estão na vossa casa, porque não se sabe onde é que eles estão! Só se estão na vossa casa, os reféns!

Aplausos do CH.

Nada disto aconteceu, mas, por causa do Presidente Emmanuel Macron,…

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

… talvez por causa ali da Deputada que foi para Gaza e que mandou outra aqui para a substituir durante o dia de hoje,…

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

… e porque olhou para duas ou três sondagens, o Sr. Primeiro-Ministro decidiu: «Ai, vamos lá reconhecer a Palestina, não obstante estar tudo ao contrário do que eu disse aqui.»

Ó Sr. Primeiro-Ministro, sabe que, na terra da Autoridade Palestiniana, as mulheres são objetos. Sabe que, na terra da Autoridade Palestiniana, quem manda é o terrorismo. Quem manda não é a democracia, são as armas!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os homens, as minorias, as mulheres são parte de tráfico e de tráfego que os piores bandidos do mundo fazem.

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E o que é que nós fazemos? Vamos lá e reconhecemo-los. Dizemos: «Sim, senhor, são um Estado, agora beneficiem disso.»

Ó Sr. Primeiro-Ministro, não foi isto que nos prometeu! Não é isto que a direita quer! Não é isto que a direita exige!

Eu compreendia que o Dr. José Luís Carneiro fizesse isto, sinceramente compreendia. Também compreendia que o Eng.º Pedro Nuno Santos fizesse isto. Mas não compreendo que alguém que se diz representante do centro-direita português reconheça o Estado palestiniano e o terrorismo.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, isto não é só um tiro no pé da direita portuguesa, é um tiro no coração dos nossos valores, e é isso que não podemos permitir.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Quero só chamar a atenção para isto: quando nos dirigimos a outros Deputados, quer os que cá estão quer quem entra de novo, deve ser sempre como Sr.ª Deputada ou Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Paulo Raimundo agora é o vídeo-árbitro! O Paulo Raimundo pensa que está na Coreia do Norte!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para iniciar a sua interpelação ao Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, permitam-me que dê as boas-vindas à nova Deputada, a nossa Colega Andreia Galvão. Seja bem-vinda ao nosso Parlamento.

Aplausos do PS.

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro…

Vozes do CH: — Está ali outro Deputado novo!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de ter condições para intervir.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei. Vamos parar o tempo.

Protestos do CH e contraprotestos do PS e do L.

Srs. Deputados, ouvimos o Sr. Deputado André Ventura, agora vamos ouvir o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, não vale a pena utilizar manobras dilatórias para nos retirar aquilo que é verdadeiramente importante ser sublinhado aqui.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É! Não gosta da conversa!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, a palavra que mais sobressai neste ano e meio em que o senhor teve responsabilidades é a palavra «falhanço» — falhanço de várias políticas públicas. Queria sublinhar isto neste Parlamento.

Em primeiro lugar, o falhanço na saúde…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ih!…

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … e, depois, o falhanço na habitação, o falhanço na educação e o falhanço na política económica.

Aplausos do PS.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Queria ser muito claro, Sr. Primeiro-Ministro: o Partido Socialista lamenta que tenham escondido da opinião pública, durante a campanha eleitoral, as leis altamente nocivas para os direitos fundamentais dos jovens trabalhadores, das mulheres trabalhadoras, das famílias e dos mais vulneráveis.

Aplausos do PS.

Comecemos pelas áreas em que há um falhanço muito claro do Governo. Há um ano e meio atrás, o Governo prometeu resolver os problemas da saúde. Um ano e meio depois, verifica-se que nunca nasceram tantas crianças nas ambulâncias portuguesas e, mais grave, houve mesmo uma mãe que chegou a dar à luz na rua, um cenário nunca visto no nosso País.

Aplausos do PS.

Vozes da IL e do CDS-PP: — Nunca visto?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Morriam à porta dos hospitais!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, quero lembrar-lhe uma promessa que fez a este Parlamento. O Sr. Primeiro-Ministro prometeu que iria diminuir a lista de espera das cirurgias oncológicas. Hoje, a lista das cirurgias oncológicas, infelizmente, lamentavelmente, é maior, para mal dos portugueses.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, quero lembrar-lhe as promessas feitas quanto à habitação. O Sr. Primeiro-Ministro, há um ano e meio, prometeu resolver os problemas da habitação. Ao fim de um ano e meio de Governo, o que acontece é que Portugal é dos países em que o custo da habitação mais subiu, pelo segundo trimestre consecutivo. Sr. Primeiro-Ministro, atrevo-me a mostrar-lhe um pequeno gráfico que demonstra como os custos com a habitação subiram no nosso País.

O orador exibiu o gráfico que mencionou.

O gráfico mostra um grande crescimento dos custos com a habitação — um dos maiores —, comparativamente com outros países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), desde que os senhores assumiram responsabilidades no Governo.

Protestos do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro).

Em terceiro lugar, refiro as falhas graves na educação. Há dias fomos às escolas portuguesas, e estive numa escola em Braga. O Ministério da Educação afirmou que 98 % das escolas portuguesas tinham professores para todas as crianças e a todas as disciplinas. Oito dias depois, o Ministério da Educação afirmou que 78 % das escolas — quase 80 %! — têm falha de professores pelo menos a uma disciplina.

Mais um falhanço grave, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PS.

Quanto à política económica, Sr. Primeiro-Ministro, bem pode o Governo apregoar o sucesso da política económica, mas lembro ao Sr. Primeiro-Ministro que os senhores sempre atacaram os Governos do PS, porque tínhamos um dos maiores crescimentos da União Europeia, sendo que, em média, a economia cresceu 2,2 % por ano, apesar da pandemia.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Hoje, o Governo lança foguetes porque cresce 1,8 %, 1,9 % ou 2,1 %, ou seja, sempre abaixo do crescimento no tempo dos Governos do Partido Socialista. Pior, os níveis de execução do investimento público no nosso País são dos mais baixos de sempre.

Vozes do CDS-PP: — É mentira!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Procure saber a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Chamo a sua atenção, Sr. Primeiro-Ministro, para outro dado muito importante: tivemos das maiores quebras na exportação de bens. É muito importante que ouça isto, Sr. Primeiro-Ministro. Repito, tivemos das maiores quebras na exportação de bens, o que provocou um dos maiores desequilíbrios na nossa balança corrente, na nossa balança comercial. Portanto, este é um sinal de alerta, assim como é um sinal de alerta termos tido os

níveis mais elevados de endividamento das famílias dos últimos 15 anos. O Sr. Primeiro-Ministro está também a falhar no que respeita à política económica, pese embora as palavras de propaganda que deixou ficar, neste Parlamento.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, espero que deixe de planar e que desça à terra. Desça à terra e responda a três questões muito concretas. Primeiro, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro fez às propostas do PS em relação à defesa, para estimular a economia e o sistema científico nacional?

Segundo, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro fez em relação às propostas do PS quanto à política da habitação?

Terceiro, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro fez em relação às propostas que apresentámos para a gestão da emergência hospitalar, que está hoje pior do que estava há um ano e meio?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quase nem há resposta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, francamente, acho que o Sr. Deputado parou no tempo.

Protestos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ainda está a planar?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acho que há muitas áreas em que o Sr. Deputado pode contribuir para que o País consiga ultrapassar os seus constrangimentos. Há muitas áreas nas quais o Sr. Deputado pode assumir — e ficava-lhe bem! — o erro das políticas que protagonizou ou apoiou para, precisamente, ultrapassar os bloqueios que nos endossaram.

Mas, Sr. Deputado, não ver o óbvio, não ver aquilo que toda a gente vê, não sentir — apesar do muito que há para fazer — o que está a ser feito e o efeito que tem, acho que vai transformar o Partido Socialista numa força política irrelevante para resolver problemas em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E eu lamento se isso acontecer, Sr. Deputado, fruto dessa posição negativista, dessa posição absolutamente irrealista.

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

Ó Sr. Deputado, quando as agências internacionais de *rating* confiam na economia portuguesa, confiam na política financeira de Portugal,…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

… quando, à escala internacional, governos, grupos empresariais e associações empresariais reconhecem que Portugal é um destino seguro para investir, é um destino que comporta bons recursos humanos, com boa apetência para as novas tecnologias, e que existe capacidade de o Estado responder com menos burocracia, com mais simplificação e com uma política fiscal amiga do investimento e amiga do trabalho,…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

… o Sr. Deputado, em vez de dizer «precisamos de mais, o Governo tem de ser mais ambicioso e chegar mais longe», diz que está tudo mal.

Ó Sr. Deputado, pagar menos impostos ao final do mês pelo rendimento do trabalho está mal?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Dizer às empresas que podem usar uma parte dos seus lucros para comprar equipamentos, para investir em inovação, para fazer novos investimentos e até para pagar melhores salários, está mal, Sr. Deputado?

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Está mal quando Portugal tem uma economia que cresce mais do que a média da União Europeia? Está mal quando Portugal, apesar dos pré-anúncios de que vinha aí a catástrofe financeira, supera as expectativas de toda a gente no que diz respeito ao *superavit* orçamental, Sr. Deputado?

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Ó Sr. Deputado, sinceramente, essa oposição não tem eco!

Continuação de protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E responder?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nem essa oposição tem eco no País, nem aquilo que aquele Deputado está a dizer lá atrás tem eco nesta Casa ou no País, Sr. Deputado! Não tem eco!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É apenas a dor, para não dizer o sofrimento, de quem perdeu o chão, de quem olha para a vontade política genuína do povo e percebe que, afinal, o povo não entende aquilo que os senhores querem para o País. De facto, o povo tem razão para isso, Sr. Deputado.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oiça o povo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado fala de um cenário nunca visto, e é verdade, a mim também me choca ver imagens ou saber que algumas grávidas portuguesas não conseguiram chegar à unidade de saúde para poder ser…

Vozes do PS: — Algumas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, algumas, Srs. Deputados.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Os Srs. Deputados, que estiveram com responsabilidades governativas tanto tempo, deviam saber ponderar que, para além do título, há uma realidade por trás. E é preciso ver em que circunstâncias é que isso aconteceu e porque é que aconteceu.

Protestos de Deputados do PS.

Sempre que essas circunstâncias dimanarem de falta de capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde, nós temos a obrigação de responsabilizar e de corrigir. Mas acredito que muitas vezes não há nenhuma responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É! Da Marta Temido, não é?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E os senhores sabem disso, ou deviam saber disso.

O Sr. Deputado também está frustrado porque mais de 50 000 jovens puderam comprar a primeira habitação com isenção do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do pagamento do imposto do selo, e ainda puderam complementar o crédito ao qual recorreram numa instituição financeira para cobrir 100 % do valor da aquisição, porque o Estado está a dar a garantia no valor correspondente à parte que o sistema financeiro não aceita.

Protestos do PS.

Perante isto, o Sr. Deputado diz que nada mudou?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Piorou!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado não é capaz de reconhecer o esforço que estamos todos a fazer — porque vem do Orçamento do Estado — para que os jovens portugueses possam ter melhores condições de acesso ao mercado da habitação, seja na aquisição, seja no arrendamento?

O Sr. Deputado ainda está inebriado com o desempenho económico e financeiro dos Governos do Partido Socialista, nomeadamente com o crescimento da economia e com a gestão das finanças públicas.

Ó Sr. Deputado, não vamos prolongar muito essa discussão.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Não interessa!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma coisa que é verdade: temos hoje estabilidade financeira e temos a economia a crescer mais do que a média e acima de 2 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas olhe, isso não é feito à custa do aumento dos impostos sobre as pessoas e sobre as empresas e também não é feito à custa do engavetar do investimento público com um programa de cativações como nunca houve em Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabe porquê, Sr. Deputado?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado anda mal informado. O investimento público não está nada nos níveis mais baixos de sempre, como o Sr. Deputado disse. A execução do investimento público subiu 11 % em 2024 e agora, este ano, até meio do ano, já estava a subir 18 %, Sr. Deputado. Nós somos muito melhores a executar o investimento público do que era o Sr. Deputado e os Governos de que fez parte, não tenha dúvidas sobre isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PS: — Não são, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, qual cereja em cima do bolo, o Sr. Deputado não resistiu falar do sistema de educação, da abertura do ano escolar e da colocação de professores.

Ó Sr. Deputado, há quantos anos não tínhamos uma abertura tão tranquila do ano escolar, em Portugal?

Risos e protestos do PS.

O Sr. Deputado já se esqueceu das manifestações de professores? O Sr. Deputado já se esqueceu da instabilidade em que viviam as escolas portuguesas, aliás, nem só no início do ano, mas durante todo o ano escolar?

Sr. Deputado, temos um corpo docente motivado e mobilizado, temos a escola com paz social, temos medidas que incrementam o foco que a escola deve ter na formação, no conhecimento e na aprendizagem.

Vamos ter acesso aos números com rigor, mas posso dizer que temos hoje, seguramente, uma situação muito mais favorável no que diz respeito à colocação de professores ou, dito de outra maneira, à falta de professores pelo menos a uma disciplina para os alunos portugueses.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Sr. Deputado, com os concursos extraordinários, com os apoios, nomeadamente à deslocação, tem sido possível recrutar mais professores e tem sido possível resolver, sobretudo, aqueles casos que são os mais acentuados, nomeadamente em Lisboa, na península de Setúbal e no Algarve. Não ainda a ponto de eliminar completamente a falta de professores, pelo menos a uma disciplina, no início do ano letivo, mas são muitos os horários dos agrupamentos escolares que estão completos. Há alguns que não estão completos, mas, dentro destes, os que são largamente maioritários são aqueles onde falta preencher até 5 ou até 10 horários, Sr. Deputado.

Portanto, deixe-me dizer-lhe, com tranquilidade e com honestidade, que a situação é muitíssimo melhor — não é muito, é muitíssimo melhor — do que aquela que os senhores nos legaram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É má! É má!

O Sr. **Presidente**: — Para continuar a formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, tenho a expectativa de que, no fim da avaliação que for feita sobre a educação, até ao final do ano, o Sr. Primeiro-Ministro não venha depois reconhecer ao Parlamento que nós tínhamos razão.

Aquilo que lhe quero dizer é que teremos hoje, no País, mais de 100 000 alunos sem professor, pelo menos, a uma disciplina.

Aplausos do PS.

Quero também chamar a atenção do Sr. Primeiro-Ministro para o seguinte: o Sr. Ministro da Educação veio há dias informar o País de que tinha respostas para 6000 a 7000 alunos do pré-escolar.

Procurei aquilatar, junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para saber se tinha havido diálogo de concertação para construir uma solução estável e duradoura para responder a uma das mais importantes necessidades das famílias portuguesas.

Quero ser claro, tenho o maior respeito académico e pessoal pelo Sr. Ministro da Educação — como tal, quero que isso fique bem claro —, mas o que sei é que apenas 400 a 500 vagas é que estarão disponíveis, ou seja, 400 a 500 vagas para 6000 ou 7000 alunos, sem qualquer concertação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, chamo a sua atenção para este tema, que é muito importante para os autarcas portugueses.

Sei que o Governo negociou com o Banco Europeu de Investimento o financiamento para garantir a requalificação de cerca de 450 escolas, que resultam do processo desta descentralização. Soube agora que foi comunicado à associação de municípios que apenas cerca de 30 escolas irão ser requalificadas.

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: há ou não há expectativa de responder à requalificação das 400 escolas que são pertença hoje dos municípios portugueses?

O Sr. Primeiro-Ministro disse que a política da habitação está hoje a correr sobre rodas. Sr. Primeiro-Ministro, quero chamar-lhe a atenção e pedir-lhe que olhe para o seguinte.

O orador exibiu um gráfico.

Este é o gráfico que mostra o aumento dos custos de habitação em Portugal desde que assumiram funções.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está ao contrário!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Aquilo que hoje podemos ver aqui, Sr. Primeiro-Ministro, são mais políticas do mesmo, que não responderão às necessidades de habitação, que só serão solucionadas, do lado da oferta, de uma forma estrutural. E as propostas que aqui trouxe hoje não vão responder, vão agravar o problema da falta de habitação nos nossos grandes centros urbanos e em todo o País.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero concluir com uma nota final relativa à dimensão orçamental, e à diminuição da execução orçamental. É claro, para o Conselho das Finanças Públicas, que temos estado a atuar com um défice da Administração Central que andará na ordem de cerca de 5 mil milhões de euros, o que significa que este défice da Administração Central tem sido coberto, nos últimos anos, pelas receitas da Segurança Social. Aliás, o Conselho das Finanças Públicas chama a atenção para o facto de a previsão de saldo orçamental positivo depender do mercado laboral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é fundamental!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — A pergunta que lhe faço, Sr. Primeiro-Ministro, é se mantém as políticas relativas às opções laborais, porque, se optar pelas políticas laborais, o que vai ter é um aumento dos despedimentos em série, com quebra de receitas da segurança social e com quebra de receitas dos impostos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, chamo a atenção de que este é um défice estrutural da Administração Central para o qual não há uma resposta estrutural e duradoura da parte do crescimento da nossa economia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, muito rapidamente, sobre o pré-escolar, aquilo que o Sr. Ministro da Educação tinha adiantado é que as necessidades mais prementes andarão entre as 6000 e as 7000 vagas, das quais já foi possível o Governo, com o programa que visa 12 000, assegurar, em acordos com os municípios, a criação de 1525 vagas. Ainda hoje foram assinados nove contratos, com estabelecimentos privados e cooperativos, à abertura de 1313 vagas. Portanto, estamos a caminhar para cumprir o objetivo.

Em segundo lugar, relativamente à intervenção nas escolas, evidentemente que temos o objetivo elencado, apresentado e para cumprir. O que o Sr. Deputado queria dizer é que aquilo que já foi decidido é relativo a intervenções consideradas muito urgentes. Esse aviso já foi aberto; estamos a trabalhar para abrir o resto das intervenções que têm a classificação de urgente, mas, naturalmente, não tão urgentes como estas. E, Sr. Deputado…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao próximo interveniente, queria referir que esteve a assistir aos nossos trabalhos — ou melhor, está a assistir aos nossos trabalhos, ou a sair agora dos nossos trabalhos — um grupo de 56 cidadãos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Aplausos gerais.

Também está presente um grupo de 15 cidadãos da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa.

Aplausos gerais.

E estão ainda presentes um grupo de 15 cidadãos da Junta de Freguesia de Pombal e um grupo de 27 alunos e professores da Redbridge International School.

Aplausos gerais.

Aproveitando este intervalo também curto, quero referir que hoje é o dia de aniversário da Sr.ª Ministra Margarida Balseiro Lopes e da Sr.ª Deputada Olga Freire, do PSD, a quem saúdo.

Aplausos gerais.

Peço desculpa ao Sr. Deputado José Luís Carneiro, não tinha reparado que faltavam ainda 19 segundos da sua intervenção. Tem a palavra para poder terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também tem pouco interesse!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é só para tornar claro a esta Câmara e ao Sr. Primeiro-Ministro que estamos disponíveis para uma apreciação parlamentar

da legislação que permita fazer justiça aos emigrantes portugueses em relação à reconstrução das suas habitações.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, sim! Falta de vergonha na cara!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Acabei de chegar hoje de Paris e sei que esse é um sentimento de injustiça que prevalece nestes nossos concidadãos que tanto contribuem para o País.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É que vocês fizeram muito por eles!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Estamos disponíveis para retificar essa estrutura normativa, para corrigir essa injustiça.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que perderam o círculo de fora da Europa!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Vamos recuperar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vão, vão!

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, escolheu, para este debate, o tema do «Impulso reformista e credibilidade económica e financeira». Ouvindo o seu Governo falar, dir-se-ia que Portugal acaba de ser elevado a exemplo mundial de milagre financeiro e gestão pública. Fala-se da redução da dívida como se fosse uma epopeia, quando todos sabemos que foi a inflação a engordar a receita e o Estado a arrecadar mais do que nunca. E que não haja enganos: a despesa continua, também ela, a aumentar.

Quanto ao chamado «impulso reformista», até agora vimos Ministros que, confrontados com perguntas simples, mas tão simples, não sabem quantos professores temos, não sabem a quem é que o Estado paga salários, não sabem números de absolutamente nada. É este o rigor que querem vender como «credibilidade económica»? O que sobra nos discursos do seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro, é exatamente o que falta na vida real: números claros, reformas sérias e respeito pelo dinheiro dos contribuintes.

Sr. Primeiro-Ministro, não basta tentar copiar as ideias da Iniciativa Liberal, pois é preciso mesmo ter coragem para as implementar.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Por isso mesmo, quero deixar-lhe algumas questões.

Sr. Primeiro-Ministro, o seu Ministro da Educação disse, há uns tempos, que uma entidade lhe deu um número de 120 000 professores colocados e outra lhe disse que estão a pagar salários a 129 000.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Eh, pá…!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Pergunto-lhe se estamos perante algum milagre da multiplicação ou perante um Estado que não faz sequer a mínima ideia de a quem é que está a pagar.

Perante esta discrepância, fica a pergunta óbvia: estamos a pagar salários a pessoas que não trabalham nas escolas? Ou estamos a deixar milhares de alunos sem aulas enquanto se gastam recursos sem qualquer controlo?

O Ministro da Educação reconheceu que «os números não são confiáveis» — palavras do Sr. Ministro. Ora, se nem dentro do próprio Ministério conseguem dizer quem trabalha e quem recebe salário, como é que o Sr. Primeiro-Ministro quer convencer os portugueses de que este Governo tem credibilidade económica e financeira?

Tenho outra questão para si, Sr. Primeiro-Ministro. Desde que tomou posse, da primeira vez — portanto, desde que é Primeiro-Ministro, ainda em 2024 —, o número de funcionários públicos aumentou em quase 12 000 pessoas. Sr. Primeiro-Ministro, sabe a que serviços estas pessoas estão alocadas? Que necessidades vieram suprir e quanto representam na despesa do Orçamento?

Sr. Primeiro-Ministro, uma última questão, agora para este bloco: consegue garantir que esta discrepância de números só acontece na educação? Ou quantos milhares de pessoas recebem um salário sem que o Governo saiba se estão ou não, de facto, a trabalhar?

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Nem vocês sabem…!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, sendo este o primeiro debate que realizamos depois da sua eleição e assunção de funções na Iniciativa Liberal, quero, naturalmente, desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do cargo e dizer-lhe que contamos com os contributos positivos da Iniciativa Liberal. E, enfim, de alguma maneira, desculpamos o excesso de linguagem de, muitas vezes, a Sr.ª Deputada utilizar a expressão de que «copiamos» as ideias da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O que é o Ministério da Reforma do Estado?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós podemos, quando muito, ter ideias iguais!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ah, claro! Claro!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Demasiadas ideias iguais…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas não copiamos as ideias da Iniciativa Liberal. Uma ou outra vez, podemos, efetivamente, aproveitar aquelas que tenham, de facto, condição de exequibilidade e de produzir bons resultados.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

A reforma do Estado, que a Sr.ª Deputada menciona, é, de facto, um desígnio deste Governo, desde o primeiro dia, desde o anterior Governo, agora reforçado com a criação do Ministério e da figura do Ministro Adjunto e da Reforma do Estado.

Sr.ª Deputada, no âmbito do trabalho de simplificação, também queremos dar aos recursos humanos, às mulheres e homens que trabalham na Administração Pública, condições de atratividade nas respetivas carreiras para podermos ser mais eficientes.

É verdade aquilo que a Sr.ª Deputada diz: precisamos de saber quantos são, quem são, o que é que estão a fazer e o que é que podem fazer aqueles que, porventura, tiverem de se requalificar ou de ser redirecionados para alguns serviços que estejam mais necessitados. Não temos nenhum problema em fazer isso; estamos

efetivamente a fazer isso.A Sr.ª Deputada falou do caso em concreto dos professores. Respondo-lhe dizendo que a Sr.ª Deputada utilizou — no seu direito e na legitimidade da sua apreciação, deixe-me dizer-lhe assim — a franqueza e honestidade do Sr. Ministro da Educação. O Sr. Ministro da Educação teve ocasião de dizer, a propósito da colocação de professores e da falta de professores, que os números que tínhamos, os números com que o Ministério trabalhava, mostraram não ser fiáveis. Mostraram não ser rigorosos.

Aquilo que está a ser feito é precisamente criar condições para que eles sejam rigorosos, para que possamos gerir os recursos humanos da Administração…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e, neste caso, num setor fundamental, onde temos carência de docentes; para que possamos gerir com maior eficiência e para podermos acabar com essa injustiça relativa que é, no início do ano, sobretudo — mas, por vezes, durante o ano —, alguns alunos portugueses não terem as mesmas oportunidades, não terem a mesma cadência de aprendizagem.

Mas é isso que estamos a fazer, Sr.ª Deputada. Estamos simultaneamente a resolver o problema, a criar incentivos — já referi o concurso extraordinário, incentivos à deslocação, ou subsídios à deslocação —, a criar condições para levar mais profissionais aos sítios que têm mais carência.

Mas sabemos que não chega. Sabemos que é preciso olhar para o sistema e saber exatamente qual é a sua capacidade. Espero — e espero, se calhar, com a mesma vontade ou ansiedade que a Sr.ª Deputada — ver os resultados do trabalho que estamos a fazer o mais rápido possível. Com certeza precisamos mesmo de saber, e não tenho dúvidas de que a Administração Pública só cumprirá a sua missão se tivermos os funcionários que a compõem devidamente motivados e a fazer aquilo que é necessário ser feito.

A Sr.ª Deputada talvez coloque a possibilidade de prescindirmos ou de despedirmos funcionários públicos, mas nós não colocamos essa possibilidade.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Então não é a sério!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não se esqueça também de que, dentro deste caminho, não é apenas a Administração Central, que gerimos diretamente, que contribui; pelo contrário, a Administração Regional, e sobretudo a Administração Local, são o grande contribuinte para a gestão dos recursos humanos na Administração.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aquilo que nos compete, enquanto Governo, é dar às autarquias locais os instrumentos de gestão — os instrumentos financeiros, com certeza — para poderem também alocar os seus recursos humanos às tarefas que têm pela frente, mais a mais num processo, que está em curso, de acréscimo de competências, de descentralização.

Portanto, nesse aspeto, Sr.ª Deputada, respondo-lhe à questão: estamos, de facto, disponíveis para poder aprofundar o trabalho que vimos fazendo, para saber exatamente como gerir, do ponto de vista dos recursos humanos, a Administração Pública.

Sr.ª Deputada, deixe-me dizer-lhe uma outra coisa, ainda a este propósito e sobre a questão que colocou: quando queremos simplificar o funcionamento da Administração, quando queremos agilizar processos, também estamos a tratar de recursos humanos. Também estamos a tratar da possibilidade de poder ter a poupança suficiente que pode ser utilizada no incremento das condições de valorização, quer salarial quer de carreira, dos funcionários da Administração Pública. É esse o nosso caminho, não perdendo de vista o equilíbrio das contas públicas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o seu discurso foi bonito, foi cheio de boas intenções, mas fiz-lhe uma pergunta muito simples: relativamente aos funcionários que supostamente estão colocados, o Sr. Primeiro-Ministro sabe ou não sabe se está a pagar a 9000 funcionários? Está a pagar esses salários a mais ou não? Estas pessoas estão a trabalhar ou não?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Batam palmas! Quando acaba, batam palmas!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, respondo-lhe diretamente: presumo que estejam a trabalhar, a menos que tenham qualquer instrumento que as possa impossibilitar, do ponto de vista legal, de o fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, fica registado que o Sr. Primeiro-Ministro «presume» — presume! Portanto, relativamente,…

Protestos do Primeiro-Ministro.

Não. Convinha, pelo menos, acertar com o Sr. Ministro da Educação de quem é que estamos a falar. Que 9000 pessoas são estas? O que é que estão a fazer? Onde é que elas estão?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora percebi! Já respondo.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Vou passar à frente, ainda recuperando outras declarações, neste caso do Sr. Ministro da Reforma do Estado — que, infelizmente, não se encontra aqui —, que disse, há também relativamente pouco tempo, que há um enorme anseio por uma reforma, pela perceção que existe de que o Estado é pesado, lento e não corresponde às necessidades das pessoas. Até concordo com isto, como é óbvio, só que, na mesma entrevista, o Sr. Ministro admitiu que Portugal não tem um número excessivo de funcionários públicos, relativamente a outros países, e que o País está em média com outros países da OCDE.

Sr. Primeiro-Ministro, quando o seu Ministro diz que Portugal está na média da OCDE, está a comparar Portugal com países que têm sistemas de saúde, de educação e de justiça incomparavelmente mais eficientes do que o nosso. Ou seja, temos o mesmo número de funcionários públicos para prestar menos e piores serviços.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Por isso, pergunto-lhe: não lhe parece que estar na média em número de funcionários, mas muito abaixo em resultados é a definição perfeita de incompetência e má gestão de recursos humanos? Como pode o Governo falar em impulso reformista, quando aceita esta mediocridade como normal? Faz sentido avaliar a dimensão do Estado apenas pelo número de funcionários? Não seria mais honesto começar a avaliá-lo, também, pela qualidade do serviço prestado e pelo peso que ele representa na despesa pública dos portugueses?

Sr. Ministro, na mesma entrevista — sei que o Sr. Ministro já referiu não querer despedir ninguém —, as palavras do Sr. Ministro foram: «Relativamente à reforma do Estado, ela não implica despedir pessoas, reinventar ou implodir o Estado, mas sim tornar o Estado mais eficiente, centrado no cidadão e nas empresas», coisa que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de subscrever, nas suas palavras anteriores.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, como é que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Reforma do Estado podem garantir que não vão despedir ninguém, que não vão fazer nenhuma alteração ao quadro de funcionários, se nem sequer conseguem responder quantos é que eles são, onde é que eles estão alocados e quanto é que eles custam aos contribuintes?

Vozes da IL: — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não lhe parece irresponsável assumir esses compromissos cegos sobre o futuro da Administração Pública, sem ter sequer um diagnóstico rigoroso, quer da sua dimensão, quer da sua eficiência?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, sabe que não é por falta de diagnósticos. Diagnósticos, temos muitos, e, basicamente, todos os setores de atividade da Administração têm o seu próprio diagnóstico.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

A questão é conciliar a gestão dos recursos como um todo e poder alocá-los àquilo que é efetivamente necessário para melhorar o serviço prestado ao cidadão, às instituições e às empresas.

Queria só aproveitar este pouco tempo que tenho para dizer que agora percebi a questão que a Sr.ª Deputada me quis colocar, no âmbito da educação.

Temos, no âmbito do Ministério da Educação, muita gente que está em mobilidade fora de tarefas, nomeadamente docentes, e essas estamos a tentar diminuí-las ao máximo, porque são pessoas que fazem falta nas escolas. Estamos a diminuir as autorizações de mobilidade, de requisições, é verdade, e até de muitas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não era a isso que me estava a referir. Estava a referir-me, concretamente, ao facto de o Sr. Ministro da Educação ter afirmado que recebeu, de uma entidade, a indicação de que estão registados 120 000 professores, e de outra entidade — isto tudo dentro da função pública — que os últimos salários pagos o foram a 129 000 pessoas. É a isso que me estou a referir.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas é isso mesmo!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Portanto, há aqui uma incongruência de números e é preciso perceber se essa incongruência de números é comum a toda a Administração Pública ou se é um problema exclusivo aqui do Ministério da Educação, que não os conhece exatamente — e não é estranho que assim seja, porque já não é a primeira vez que acontece uma grande confusão com os números.

Portanto, é aquilo que podemos concluir…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Está concluído, Sr.ª Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Diogo Pacheco Amorim** (CH): — Oh…!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, três vezes, nesta Casa, o Livre apresentou projetos de resolução, nas últimas três Legislaturas, recomendando ao Governo o reconhecimento imediato da independência da Palestina, junto com outros parceiros europeus.

Três vezes o PSD, de Luís Montenegro, votou contra, porque disse que tinha umas condições que era necessário cumprir antes.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Congratulo-o, Sr. Primeiro-Ministro, por ter finalmente o seu Governo reconhecido a independência da Palestina nas condições que estavam descritas nos projetos de resolução do Livre, e não naquelas que estavam no *site* do Governo. Mas também lhe digo que não é, de todo, suficiente.

Agora, precisamos de dar os próximos passos, que são essenciais para encarar a tragédia que temos à nossa frente. É necessário, no plano nacional e europeu, apoiar um embargo total de armas e a suspensão do Acordo de Associação UE-Israel.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É necessário enviar apoio humanitário — e apoiar os esforços internacionais, incluindo da sociedade civil, para enviar esse apoio humanitário —, e é necessário apoiar todos os processos que decorrem na justiça internacional, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade,…

O Sr. **Diogo Pacheco Amorim** (CH): — Crimes contra a humanidade?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … que serão a única possibilidade de a humanidade lavar um pouco a sua honra, depois do que está a acontecer.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda há pouco falou dos excedentes orçamentais. Como foi lembrado pelo Sr. Deputado José Luís Carneiro, não são excedentes da Administração Central. A Administração Central está em défice e com grandes dificuldades de gestão, conforme diz o Conselho das Finanças Públicas, nomeadamente na área da saúde.

Estes são excedentes da Segurança Social. Isso quer dizer uma coisa muito simples: são os trabalhadores e as empresas cumpridoras das suas obrigações contributivas que estão a aguentar o barco, que o mantêm à tona de água. Compreende-se mal, então, que se queira comprimir os direitos dos trabalhadores. Ou seja, vamos punir os trabalhadores pelo bom trabalho que estão a fazer a aguentar as contas públicas, com as quais o Governo pode ir «fazendo alguns bonitos» e algum investimento público?

Faz tão pouco sentido, Sr. Primeiro-Ministro, como a ideia da Deputada Mariana Leitão, que ouvimos ainda há pouco, para quem os funcionários públicos desempenham um papel mais ou menos parecido àquele que os imigrantes desempenham na retórica do Deputado André Ventura —…

Protestos de Deputados da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Demagogia, pá!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … são culpados até prova em contrário —, e que quer, até, veja-se só, despedi-los, para que deixem de contribuir para a Segurança Social, onde o dinheiro deles está a dar jeito, e para que passemos a pagar-lhes subsídios de desemprego, para deixarmos de ter os excedentes na Segurança Social que nos fazem falta.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenha vergonha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, o que é preciso dizer é que estes trabalhadores — todos eles, os trabalhadores nacionais, os trabalhadores estrangeiros, os imigrantes — estão, todos eles, a remar para o mesmo lado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Anda na política para isto?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, é preciso afirmar, aqui, claramente, contra os discursos de ódio e divisão que separam o País — e um país dividido não prospera nem avança —, que é através da Segurança Social, é através do trabalho, é através dos imigrantes que contribuem para mais de metade do excedente da Segurança Social, que o País pode avançar.

Protestos da IL.

E é preciso, francamente, fazer a autocrítica deste seu Código do Trabalho, que vai acabar por gerar mais despedimento e mais compressão dos direitos dos seus trabalhadores.

Tem agora a palavra,…

Protestos do CH.

… e espero que perceba que todos os trabalhadores remam para o mesmo lado e que é preciso apoiá-los no bom serviço que estão a prestar ao País.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, ainda bem que colocou a questão do reconhecimento do Estado da Palestina, porque há pouco não tinha tido tempo de completar as respostas a esse tema, e gostaria de lhe dizer que o Sr. Deputado, no fundo, esgrimiu o argumento do *timing*, dizendo que a decisão do Governo português veio atrasada — na perspetiva do Sr. Deputado, deveria ter sido tomada há mais tempo. Temos essa divergência.

Nós sempre dissemos que era necessário que a Autoridade Palestiniana aderisse a um conjunto de condições.

Vozes do CH: — Não aderiu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso só se verificou desde julho até setembro: a assunção pela Autoridade Palestiniana, que não é o Hamas — não vale a pena confundir a opinião pública —,…

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … das condições que são essenciais para promover e salvaguardar a posição do Estado português, há muito tempo, que é a solução dos dois Estados, é a convivência do Estado de Israel e do Estado da Palestina.

Essa adesão não foi, de resto, indiferente a um movimento diplomático que reuniu vários países, nos quais Portugal se integrou. Movimento esse, que, como também tivemos ocasião de dizer, aqui, no Parlamento, estávamos a partilhar, nomeadamente com a França, com o Reino Unido, com o Luxemburgo, com o Canadá, com a Austrália, com países com os quais mantemos, no contexto internacional, uma relação política e

geopolítica de aliança e, naturalmente, também de promoção, enfim, das decisões e, já agora, da consequência das decisões no contexto internacional.

Hoje, depois da realização da Conferência Internacional de Alto Nível, que começou por estar agendada para julho e, depois, passou para setembro, , dentro do contexto, já agora, também de interação com vários países árabes — que não é uma questão despicienda, pelo contrário, pois reforça precisamente o enquadramento da nossa decisão —, podemos dizer que há sinais de normalização das relações entre Israel e alguns desses estados árabes; podemos dizer que as garantias hoje assumidas pela Autoridade Palestiniana são condições e garantias que, não podendo ser hoje implementadas, de um dia para o outro, no terreno, se vierem a verificar-se, contribuirão, claramente, para atingirmos um objetivo. O objetivo, aqui, é o objetivo da paz, é o objetivo do respeito dos direitos humanos e o da coexistência dos dois Estados.

O Governo português, portanto, fez assim, o caminho para poder ter este assumir de posição, pela Autoridade Palestiniana, mais claro do que alguma vez o tinha sido no passado e, ao mesmo tempo, articular esta posição com um conjunto muito significativo de países e Estados, com os quais mantemos uma relação próxima, do ponto de vista político e geopolítico.

Gostaria de dizer, Sr. Deputado, que não vale a pena o esforço que o Sr. Deputado também fez, corroborando já a tentativa do Partido Socialista, de diminuir o resultado económico e financeiro do País. É do País, não é do Governo.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

É do País, na circunstância, por alturas da governação que vimos desempenhando desde o dia 2 de abril de 2024; não foi a Segurança Social que colaborou de uma forma determinante para o resultado financeiro.

Sr. Deputado, pegue nos números e conclua: são mais de 10 mil milhões de euros de transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

Protestos de Deputados do PS, do L e do PCP.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade que a Segurança Social contribui, mas o Orçamento do Estado também contribui — e muito! — para a estabilização do nosso sistema de Segurança Social.

Finalmente, Sr. Deputado, teremos ainda muitas ocasiões para discutir aquilo que, na legislação do trabalho, pode contribuir para o aumento da competitividade económica e para o aumento dos salários em Portugal. O impulso do Governo visa empresas mais competitivas, economia mais competitiva, maior criação de riqueza para pagar melhores salários.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, tem a palavra. Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, vejo que não respondeu ao muito que falta fazer, que é participar no esforço internacional para julgar crimes de guerra e de genocídio,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Qual genocídio, pá?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … participar no esforço internacional para suspender o Acordo de Associação EU-Israel e um embargo total de armas.

Isto não fica aqui, nem o Livre deixará que fique por aqui, apenas pelo reconhecimento da independência da Palestina.

Vozes do CH: — Ah…!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Verão, aqueles que agora reagem do outro lado, quem é que, depois destas três Legislaturas, acabou por fazer vencimento nas suas posições.

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O vencimento é mínimo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, o impulso reformista que trouxe aqui como tema do seu discurso não pode ser só naquilo que se faz, tem de ser na maneira como se faz. E em tudo o que diz respeito ao sistema científico, nomeadamente, a esta abolição da FCT (Fundação para a Tecnologia e a Ciência) para criar uma coisa nova — logo na comunidade que, em Portugal, mais capacidade tem de participar nessa decisão, de colaborar com ela, para ela contribuir com o estudo que já está feito —, vemos, com muita tristeza, que aquilo que o Governo está a fazer é de total opacidade. É feito um bocadinho antes de começarem as férias, é feito sem dar cavaco a ninguém, e é feito, sobretudo, sem discutir neste Parlamento.

Sr. Primeiro-Ministro, quero lançar-lhe um desafio muito direto, que essa discussão seja aberta e trazida ao Parlamento de imediato, porque senão, se me responder que não a esta pergunta, e põe-se a chutar para canto, uma coisa é certa: o Livre lançará outro desafio, o de este Parlamento trazer esse decreto à apreciação parlamentar, e o Livre apresentará essa proposta.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, agradeço-lhe a circunstância de ter referido uma outra transformação que está em curso, uma outra reforma que foi empreendida precisamente nestes pouco mais de 100 dias.

Mas gostaria de lhe dizer o seguinte: a ligação entre a Agência Nacional de Inovação e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, nesta nova Agência para a Investigação e Inovação, é determinante e essencial para cumprir o desiderato que nós queremos, que é apostar na ciência, apostar na capacidade de investigação, de inovação e colocá-la ao serviço da economia, aproximá-la da nossa capacidade produtiva, colocá-la como um fator distintivo da nossa competitividade. E nós mantemos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, terminou o seu tempo.

Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, faça favor. Tem 4 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Raimundo é mansinho!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, apesar dos cúmplices aqui declarados do genocídio em curso, há muito que Portugal poderia e deveria ter reconhecido o Estado da Palestina, e não foi por falta de oportunidade, tantas vezes o PCP trouxe esta questão à Assembleia.

Sr. Primeiro-Ministro, os AA das agências internacionais com que aqui encheu o seu peito, na sua intervenção inicial, todos os dias são os AA para o povo, mas os AA de aumentos dos alimentos, de aumentos dos bens essenciais, de aumentos dos preços das casas, das rendas, e também são os AA de aumentos dos lucros, que ficam nas mãos de uns poucos. Para o povo, sobra ainda um «A», o de azar de não viver nesse país, nesse farol da propaganda de ilusão que o Sr. Primeiro-Ministro aqui nos trouxe.

No País real, faltam 78 % de professores nos agrupamentos escolares; no País real, as urgências estão a encerrar e vários profissionais de saúde estão a ser empurrados para fora do Serviço Nacional de Saúde; no País real, o Governo entrega empresas públicas e vende ao desbarato o património do Estado.

A sua política, de facto, Sr. Primeiro-Ministro — e quero dar-lhe os parabéns por isso —, está a dar os resultados que queria: o preço das casas continua a disparar, o cartel da banca continua a encher,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os bancos que enchem os bolsos ao PCP!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … e aí está o resultado, tudo a funcionar tal qual como estava previsto.

Quando a vida da maioria está mais apertada, o que é que decidem PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal? Decidem, nada mais, nada menos, baixar os impostos para os grandes grupos económicos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É tudo de graça!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, ficam as perguntas: quantas creches e quantas casas ficam por construir? Quantos professores, quantos médicos, quantos enfermeiros ficam por contratar? Quantos aviões de combate aos incêndios ficam por comprar, em resultado da vossa negociata em torno do IRC,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Negociata?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … que transfere 2000 milhões de euros por ano — por ano! — dos recursos públicos para os cofres dos grandes grupos económicos?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Raimundo também alinha nesta crítica de que o problema da decisão do Governo em reconhecer o Estado da Palestina foi ter sido muto tarde. Pois nós discordamos, já aduzi aqui os respetivos argumentos.

Mas quero só complementar, dizendo-lhe o seguinte, Sr. Deputado, porque acho que é importante que o Governo assuma a plenitude da sua posição: nós temos Israel como um país que respeitamos, uma democracia e um país amigo de Portugal. Podemos não concordar com todas as decisões, e não concordamos, das autoridades israelitas, mas Israel é um país democrático,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … Israel é um país amigo de Portugal. Isso que fique muito claro.

Sr. Deputado, sei que há muita intenção, muito boa intenção, mesmo na causa palestiniana, de alguns partidos com representação neste Hemiciclo. Mas a verdade é que, ao longo do tempo — veja bem! —, foi um governo da AD que votou…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … favoravelmente, nas Nações Unidas, a possibilidade de a autoridade palestiniana participar na Assembleia Geral como membro observador. Depois, foi um outro governo da AD, este que está aqui,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … enfim, na versão da legislatura anterior, que votou favoravelmente na Assembleia Geral das Nações Unidas a passagem de membro observador para membro efetivo nessa

Assembleia. E agora foi também um governo da AD que decidiu o reconhecimento do Estado da Palestina no desenvolvimento de uma estratégia que nós cremos que possa ser conduzida até à coexistência da solução dos dois Estados.

Devo dizer que, para responsabilidades políticas ou político-partidárias, este Governo e o partido que lidera, de facto, não têm muito que, enfim, competir com os governos que V. Ex.ª apoiou e que outros Deputados aqui, nesta, Casa integraram, porque eles disseram sempre coisas muito mais veementes do que aquelas que eu acabei de dizer. Mas, no fim do dia, nunca tiveram coragem de decidir e nós tivemos coragem de decidir, assumimos a nossa decisão, é a decisão que interessa a Portugal, é a decisão que, do nosso ponto de vista, pode contribuir para a estabilidade no Médio Oriente e para uma comunidade internacional com menos conflitos, com mais atenção, e em direção à garantia e preservação dos direitos das pessoas.

Depois, Sr. Deputado, relativamente à velha questão do IRC, vou repetir uma vez mais a nossa estratégia. Nós queremos empresas competitivas, nós queremos empresas que possam ter mais instrumentos para apostar nas suas tecnologias, para apostar na sua capitalização, para apostar na sua escala, para apostar nos seus recursos humanos, para ganharem quotas de mercado, para criarem riqueza, para contratarem mais gente e para pagarem melhores salários. É isto que nós queremos. É esta política que nós queremos. E essa política, curiosamente, não está a tirar receitas a ninguém — pelo contrário! —, nem ao Orçamento do Estado, veja bem. Não está a tirar receitas. Nós vamos ver a execução deste ano, mas não está a tirar receitas.

Nós chegamos ao fim do ano com a situação equilibrada e estamos, ao mesmo tempo, Sr. Deputado, a melhorar os serviços de saúde, a colocar mais professores nas escolas e a dar aos trabalhadores portugueses condições para terem um mais alto rendimento. Fomos o país, em 2024, da OCDE, em que o rendimento dos trabalhadores mais aumentou, por via da diminuição dos impostos e por via do aumento dos salários.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, faça favor.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu repito a pergunta, porque o Sr. Primeiro-Ministro não quis responder. Quantas creches e casas ficam por construir? Quantos professores, quantos médicos, quantos enfermeiros ficam por contratar? Quantos aviões de combate aos incêndios ficam por comprar, tendo em conta a negociata do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) de 2 000 milhões de euros de recursos públicos transferidos para os cofres dos grandes grupos económicos?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o que ganhas lá para o Seixal, com o Avante?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não há negociata nenhuma e nada disso fica por fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, agradecia que esta afirmação ficasse, naturalmente, em ata,…

O sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem! Não temos medo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … e que ficasse para a história — nada disso fica por fazer. Cá estaremos para ver, aliás, cá estamos para ver isso.

Sr. Primeiro-Ministro, o seu Governo, com o partido da «iniciativa particularmente patronal», mas também com o «partido do chega de direitos para quem trabalha», decidiram pôr em marcha um pacote laboral, vindo diretamente dos gabinetes dos grupos económicos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, e o IVA do Avante?!…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … uma declaração de guerra a quem trabalha e que teve no passado sábado, nas ruas de Lisboa e do Porto, a resposta que merecia, por parte dos trabalhadores!

Acha que 1 milhão e 300 mil trabalhadores, já hoje com vínculos precários, aos quais se juntam milhares e milhares que são forçados aos recibos verdes, vão aceitar mais precariedade e ainda mais contratos a prazo? Acha que é possível os trabalhadores continuarem a aceitar ainda mais compressão nos seus salários e ainda mais desregulação, como se ela fosse pouca, dos seus horários? Acha que os trabalhadores vão aceitar os despedimentos sem justa causa e os ataques aos direitos das mães, dos pais e dos seus filhos?

O vosso pacote laboral é inaceitável. Pode e vai ser derrotado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não sei como é que ainda tens votos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Há duas coisas que o Sr. Primeiro-Ministro pode ter como certas: quem acompanhar o seu Governo nesta aventura deste ataque a quem trabalha vai ser responsabilizado por essa opção que tomou; os trabalhadores vão dar a resposta que se exige e serão a força necessária para derrotar os seus objetivos.

O País não avança com 5 milhões de pessoas a andarem com os seus direitos e com as suas vidas para trás.

Não faltaremos a este combate, cá estaremos para confrontar a sua política.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só Álvaro Cunhal e 1975!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 6 segundos mais 15.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o que acho mesmo é que o Sr. Deputado está a ver fantasmas,…

Risos do PSD e do CH.

… e está a ver fantasmas onde eu vejo melhores salários, onde eu vejo empresas mais competitivas, onde eu vejo mais capacidade de criar emprego,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … onde eu vejo mais futuro. Eu vejo futuro, o Sr. Deputado vê passado. O Sr. Deputado vê exatamente com as lentes que só…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos dos Deputados do PCP Paulo Raimundo e Paula Santos.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Andreia Galvão, a quem saúdo pela sua primeira intervenção e desejo boa sorte, também, no tempo em que exercer o seu mandato. Faça favor.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Agradeço as suas palavras, Sr. Presidente.

Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, queria começar por congratulá-lo pelo seu reconhecimento do Estado da Palestina, juntamente com a maioria dos países do mundo.

Já notou que Netanyahu insulta Portugal, acusando-o de ser apoiante de terrorismo, tal como acusa a ONU (Organização das Nações Unidas), António Guterres, Mariana Mortágua…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Onde é que está a Mariana?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que é que ela anda a fazer?

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — … e a flotilha humanitária que leva alimentos e bens essenciais a Gaza.

Para que este povo sobreviva, gostaria de confirmar consigo se esse gesto implica também uma ação contra o genocídio e sanções portuguesas, para garantir o direito dos palestinianos à sua terra.

A segunda questão que gostava de lhe colocar é sobre como está Portugal. Sofremos uma asfixia social que se sente todos os dias no preço da alimentação, dos bens essenciais, nos baixos salários e no preço da casa, casa essa que é o mínimo para uma vida digna. Casa significa segurança, significa estabilidade. E esse futuro está a ser roubado aos jovens portugueses.

Num trimestre tivemos um aumento do valor da compra das casas de 17 % e noutro trimestre tivemos um aumento do custo do arrendamento de 10 %.

Perante tudo isto, como é que é possível que a medida do Governo para responder a esta crise seja o fim do limite do aumento das rendas? Perante a generalização do trabalho precário dos jovens, como é que é possível que a medida do Governo seja o ataque à segurança laboral?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as grávidas do Bloco?!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Perante tudo isto, como é que é possível, numa altura em que os jovens emigram cada vez mais à procura de uma vida melhor, que a medida do Governo seja a eternização do trabalho temporário?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até a Mariana Mortágua concordou!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Baixos salários, habitação inacessível, instabilidade — esta é a asfixia da democracia.

Sr. Primeiro-Ministro, Portugal tem de ser viável. Viável para os jovens, para os pensionistas, para quem trabalha e para toda a gente que não desiste de quem somos.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Andreia Galvão, também lhe quero dar as boas-vindas e desejar felicidades no exercício desta missão e desta função.

Pegando na sua terminologia, espero que o seu discurso — não começou bem, desse ponto de vista — possa, no futuro, resolver o problema da asfixia eleitoral do Bloco de Esquerda.

Vozes do PSD: — Ah!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A reiterada posição contra tudo aquilo que é dinâmico na sociedade portuguesa tem conduzido o Bloco de Esquerda a um resultado…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… que hoje está expresso na circunstância de a Sr.ª Deputada se encontrar sozinha neste Plenário, em representação da sua força política.

Sr.ª Deputada, indo ao tema da habitação, que foi o centro da sua intervenção, nós, hoje, estamos aqui em condições de anunciar que vamos reforçar o valor da dedução à coleta, em sede IRS, dos encargos com as rendas de habitações a valores moderados. Estamos em condições de dizer aos senhorios que vão ter um imposto sobre o rendimento do arrendamento menor. Para quê? Não é para ganharem mais dinheiro, é para ser mais rentável colocarem os seus imóveis no mercado de arrendamento.

Estamos a dizer a quem vende, nomeadamente fundos que possam ter habitações ou proprietários individualmente considerados, que não vamos tributar as mais-valias se o produto dessa venda for aplicado em reinvestimentos na área dos imóveis para arrendamento.

Estamos a dizer que vamos simplificar ainda mais as regras de licenciamento de colocação destes imóveis no mercado. Estamos a dizer, como dissemos na semana passada, que vamos aproveitar todas as linhas de financiamento que somos capazes de negociar com o Banco Europeu de Investimento para construir e renovar, no caso, mais 12 000 habitações públicas para arrendamento. Estamos a dizer que contamos com todos, incluindo com o setor privado, para, em parceria com o Estado, ter mais casas no setor do arrendamento. É assim que se resolve o problema, não é com o discurso que aqui...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 1 segundo mais 15 de tolerância, fica com 16 segundos. Se quiser usá-los…

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro fez duas coisas ao longo deste debate: confirmou que o preço das casas vai continuar alto e os salários vão continuar baixos. Não é surpreendente, mas asfixia o nosso povo. Em nome do Bloco de Esquerda, posso dizer que cá estaremos para enfrentá-lo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cá estaremos, não! Cá estará!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Mariana já não vem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): —Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, cumprimento também o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo: Sr. Primeiro-Ministro, nós, ao longo deste debate, já ouvimos…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Paulo, prepara-te! Olha o que fizeste no sábado!

Risos de Deputados do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares…
Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente, eu compreendo que o Sr. Deputado não tenha resistido ao humor, acho que nenhum de nós resistiu a esse momento.

Mas, voltando àquilo que nos traz ao debate, Sr. Primeiro-Ministro, nós já ouvimos aqui ao longo do dia falar de vários problemas do País, da saúde e da habitação.

Num ímpeto, o Sr. Primeiro-Ministro falou numa reforma, em matéria económica e financeira, que eu hoje não posso deixar de lhe referir e que começa por dentro do seu próprio Governo, em particular no Ministério da Agricultura. O Sr. Primeiro-Ministro, neste momento, tem um problema grave dentro do Ministério da Agricultura, que é o seu Secretário de Estado, João Moura. E falo não apenas dos recentes casos que vieram ao conhecimento público das alegadas ligações *offshore*, dos negócios da herdade do próprio relacionados com o negócio dos cavalos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São ciganos?!

Risos de Deputados do CH.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … mas sim o exercício de influências também no mundo equestre, mas falo de uma outra dimensão.

Enquanto o País ardia, enquanto era preciso uma estratégia verde para a floresta, para a agricultura, de sustentabilidade e de resiliência, enquanto era preciso apoio para o bem-estar e proteção animal, não sabíamos onde é que o Sr. Secretário de Estado estava para estar ao lado destes setores, que cabem na sua tutela, e que estão diretamente na sua dependência. Mas uma coisa eu sei, Sr. Primeiro-Ministro, eu sei onde é que estava o Sr. Secretário de Estado — …

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ai, meu Deus!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — …estava onde não deveria estar, que era ao lado de pessoas que, nomeadamente, numa homenagem à tauromaquia — não neste caso, ao lado do Sr. Deputado Paulo Núncio — ,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Paulo Núncio não estava ao lado! Estava por baixo!

Risos do CH e de Deputados do PSD.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … mas, infelizmente, estava numa homenagem ao lado de pessoas que cometeram ilegalidades no nosso País, como deixar morrer cães à fome, como foi o caso do cavaleiro João Moura, do seu filho João Moura Júnior, que fazia práticas ilegais de corridas de cães atiçados contra touros, e o Sr. Secretário de Estado achou que uma entidade que tinha o dever de fiscalizar, devia estar num lugar com claro conflito de interesses.

Assim, eu pergunto-lhe: quando é que vai mandar o Secretário de Estado para a reforma, para devolver a dignidade à tutela do Ministério da Agricultura — que deveria existir —, porque até o Sr. Ministro da Agricultura já foge do Sr. Secretário de Estado nas esferas da agricultura?

Portanto, eu pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, foi para isto que mudou a tutela do bem-estar animal?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, eu só posso lamentar que a Sr.ª Deputada tenha desperdiçado a oportunidade de intervir, neste debate, em que o Primeiro-Ministro se apresenta ao Parlamento para poder dar as respostas que são devidas sobre a atividade do Governo, e tenha, no fundo, utilizado todo o tempo disponível para fazer um ataque pessoal, personalizado, na base de insinuações.

Sinceramente, Sr.ª Deputada, isso não merece resposta, porque não tem resposta.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A resposta que tem é que era importante que nós, independentemente das regras de escrutínio e de fiscalização da ação política, nos concentrássemos em resolver os problemas das

pessoas. O que eu lhe posso dizer, portanto, é que, em resposta à sua dissertação e ao seu ataque pessoal a um membro do Governo, o Governo continua a valorizar a agricultura portuguesa, a pecuária portuguesa, a fazer desse um setor estratégico para nós podermos ter mais autonomia alimentar. Continua focado em poder conciliar a cultura portuguesa, o aproveitamento do território com a sua utilização para fins agrícolas, para fins pecuários, para fins florestais, para fins turísticos. Continua focado…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ai sim?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … em dar desenvolvimento, em dar rendimento e continua, também, focado em garantir o bem-estar animal, que é, efetivamente, uma responsabilidade que nós não sacudimos, em termos de intervenção.

Portanto, Sr.ª Deputada, nós estamos a fazer o nosso trabalho para valorizar a agricultura portuguesa, para valorizar todas as atividades conexas com a agricultura portuguesa e também para valorizar o bem-estar animal.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ainda não se viu nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Lamento que a Sr.ª Deputada não tenha aproveitado o seu tempo para se dedicar a estas matérias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento os restantes membros do Governo.

O tema que hoje nos traz aqui, e de que o Sr. Primeiro-Ministro fala, tem muito a ver com o impulso reformista e a credibilidade económica.

Reconheço que qualquer governo, seja ele de direita, extrema-direita, esquerda ou extrema-esquerda, ficaria ou fica orgulhoso pelos resultados económicos e financeiros positivos — isso ninguém, nesta Casa, pode negar —, mas também é necessário referir que esses resultados dependem de dois ou três fatores. Primeiro: de decisões políticas. Decisões políticas de antes e decisões políticas de agora. Depende também do contexto internacional e dinâmicas estruturais internas. Portanto, como já referi nesta Casa, na presença do Sr. Primeiro-Ministro, e digo uma vez mais, que registo com agrado o impulso reformista deste Governo.

Eu acho que este País anseia,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … sobretudo, pela credibilidade e por quele impulso reformista que pode, muitas das vezes, resolver problemas estruturais deste País.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, eu tenho de dizer o seguinte: vivemos ainda num país onde os jovens não conseguem comprar casa, nem constituir família. Vivemos num país onde famílias vivem sufocadas por rendas impossíveis, onde maternidades fecham e urgências colapsam. Vivemos num país que continua a arder, porque o Estado não consegue reunir meios de prevenção e de combate eficaz aos incêndios. Vivemos num país onde o nosso turismo, que é um motor da economia, cresce sem qualquer tipo de planeamento, pressiona a habitação, expulsa residentes e encarece, acima de tudo e brutalmente, a vida de quem cá vive.

Por isso, deixo, ao Sr. Primeiro-Ministro, duas ou três questões que dizem respeito às regiões autónomas, que são fortemente penalizadas:…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso mesmo!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … quando vai garantir a mobilidade digna e acessível para quem vive nas regiões autónomas, isto sem plataformas e sem qualquer tipo de linhas de crédito…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, quero agradecer-lhe as referências que fez relativamente ao impulso reformista do Governo. Naturalmente, não quero com isto significar que merecem a sua concordância, portanto, é apenas reconhecer que há esta vontade e esta diligência de transformação. Depois, quanto ao conteúdo, umas vezes estaremos de acordo, outras vezes não estaremos de acordo. Isso, naturalmente, é disputa e é dialética democrática.

Sobre a questão em concreto que o Sr. Deputado apresentou, já tenho tido a ocasião de transmitir, noutros debates, que este Governo está muito comprometido com a mobilidade entre o continente e as regiões autónomas, e entre as regiões autónomas entre si. Por isso mesmo, nós já promovemos uma diminuição dos custos que são suportados pelos residentes nas regiões autónomas nestas deslocações. Por essa razão, queremos simplificar também os procedimentos, e, por isso, como também já tivemos ocasião de debater noutros momentos, queremos colocar em curso um processo para que as pessoas não tenham de adiantar o valor das suas passagens, e depois ficar à espera de serem compensados. Estamos também empenhados em poder concretizar — havendo condições para isso —, o projeto do *ferry-boat*, que muitas vezes o Sr. Deputado tem mencionado, que, porventura, iria ainda, no tempo que acabou por não dispor, mencionar.

Portanto, o nosso compromisso é um compromisso pleno e é um compromisso que já está parcialmente realizado e aquilo que não está, nós continuaremos a diligenciar em promover, no âmbito do Governo e no âmbito da relação com os governos e os órgãos regionais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Outra vez?…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Peço desculpa, o erro é meu, o nome não estava riscado na lista. Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados. Sr. Primeiro-Ministro, quero hoje falar-lhe de dois países distintos, o país da ficção e o país real. O país da ficção é o país das previsões do Governador Mário Centeno. O país real é o país das contas nacionais publicadas ontem pelo INE (Instituto Nacional de Estatística.

Quais são as diferenças? De acordo com Mário Centeno, o País, em 2024, iria crescer apenas 1,7 %.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O País real cresceu 2,1 %. De acordo com Mário Centeno, o investimento, em 2025, nunca poderia ultrapassar os 2,1 %. No País real, o investimento está a crescer 2,8 % no primeiro semestre. De acordo com Mário Centeno, a taxa de desemprego, em 2025, iria atingir 6,4 %. No País real, a taxa de desemprego está a cair para 5,9 % no segundo trimestre,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … atingindo mínimos históricos. E, finalmente, de acordo com Mário Centeno, em 2025 o País ia ter um *déficit* orçamental de 0,1 %. No País real, o País está com um excedente orçamental de 1 % no primeiro semestre, e estamos a caminho de ter o segundo excedente orçamental consecutivo, pela primeira vez na história da democracia portuguesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, Mário Centeno enganou-se em toda a linha, errou nas previsões, falhou nas estimativas e antecipou cenários pessimistas, que nunca se confirmaram.

Felizmente,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Finanças públicas, zero!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … o País real é muito melhor do que o país imaginado por Mário Centeno.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, como se explicam estas diferenças tão grandes? Será azar? Será incompetência? Ou será apenas falta de independência do Governador do Banco de Portugal?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem! Muito bem!

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, eu não sei o que é que cada economista e cada instituição tem como fundamento e pressuposto das suas análises, evidentemente que se presume sempre com natureza técnica.

Mas a circunstância em que me coloca a questão que me suscita, é que nós, às vezes, temos uma tendência para achar que as previsões, seja de pessoas com reputação técnica, neste caso na área económica, seja por algumas instituições, são resultados, — não são! —, são isso mesmo, são previsões, e são previsões que quase nunca acertam,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para as sondagens!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … porque umas vezes ficam aquém, e outras vezes vão além daquilo que são os resultados.

Portanto, eu acho que o País ganha se se concentrar nos resultados, em primeiro lugar. E os resultados são bons, os resultados são bons! Claro que uma visão um bocadinho mais negativa transforma os resultados bons em ainda melhores, porque eles não só são bons como superam as expectativas negativas.

Portanto, desse ponto de vista, só posso agradecer a todos quantos têm primado por este negativismo e por esta falta de confiança, porque, no fim do dia, do que estamos a falar é de falta de confiança. E aquilo a que estamos a assistir é que não há ninguém que confie mais em Portugal, nos trabalhadores portugueses e nas empresas do que o Governo. Pronto, somos os mais otimistas, que o mesmo é dizer que somos os que confiamos mais.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Otimista confiante?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E vencemos as previsões negativas em 2024, estamos prestes a vencer as previsões negativas em 2025 e estimo que continuaremos a vencer as previsões negativas nos anos seguintes.

Vozes do PSD: — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E isso, naturalmente, é bom para o Governo — não o escondo, é! — mas é, sobretudo, bom para as famílias portuguesas, para os jovens portugueses, para aqueles que querem ter um futuro, para as empresas portuguesas e é por isso que nós somos procurados cada vez mais também por investidores externos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, mudando de assunto, tenho ouvido por aí que o complemento solidário para idosos está a custar muito dinheiro ao Estado e que isso poderia até pôr em causa o excedente orçamental previsto para este ano. E este facto tem sido aproveitado por alguns para criticar o Governo pela sua generosidade para com os pensionistas.

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

Bom, realmente, como o Governo alargou e reforçou este regime, o complemento solidário para idosos está hoje a chegar a 230 000 pensionistas, mais 100 000 pensionistas do que no tempo dos governos do Partido Socialista.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, para o CDS este dinheiro não é um dinheiro mal gasto. Pelo contrário,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … este dinheiro é um dinheiro muito bem aplicado, principalmente se for para aumentar o rendimento dos pensionistas mais carenciados, porque o facto de estarmos a gastar mais dinheiro com os pensionistas mais carenciados significa que esta medida está a ter sucesso, ao contrário do que dizem.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, para que não restem dúvidas absolutamente nenhumas, pedia-lhe que garantisse a esta Câmara que estarmos a pagar mais dinheiro aos pensionistas mais carenciados não irá pôr em causa o excedente orçamental previsto para este ano.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, quero agradecer-lhe porque essa é uma questão pertinente. Efetivamente, quem ouça algumas declarações ou leia alguns escritos pode ficar a pensar que esta matéria está descontrolada — não está! Nós estamos a aumentar a despesa com o complemento solidário para idosos porque estão a aumentar os beneficiários.

Mas era isso que nós queríamos: nós queríamos que aqueles que já tinham acesso quando chegámos ao Governo, em que o patamar estava um pouco acima dos 550 € e agora está nos 630 € — e vamos ver como é que ficará no próximo ano, quando discutirmos aqui o Orçamento —, queríamos que aqueles que já tinham um rendimento mais baixo pudessem ter um rendimento mais alto, mas também queríamos integrar muitos que não estavam aqui, a quem não era aplicável este regime.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

E quem são esses? São aqueles que têm um rendimento um pouco acima desse valor e que agora já são integrados e são muitos, muitos, aqueles que tinham uma inibição, que era uma injustiça que nos foi deixada pelos Governos do Partido Socialista,…

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que era a inclusão do rendimento dos filhos como um fator determinante para a não aplicação desta prestação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, isto é uma política de justiça social que está ponderada, nós estamos dentro daquilo que eram as nossas previsões e isso não vai colocar em causa a saúde das finanças públicas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, queria começar — creio que foi por descuido do Sr. Deputado José Luís Carneiro, não foi certamente por falta de cordialidade — por cumprimentar evidentemente a Sr.ª Deputada do Bloco de Esquerda que hoje inicia funções, mas também o Sr. Deputado do Chega que hoje inicia funções, substituindo o Sr. Deputado Mithá Ribeiro, que foi excluído ou expulso depois de ter chamado taberneiro ao seu líder partidário.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O taberneiro aqui és tu!

Risos do PS e do L.

E percebo-o bem, porque eu também não gostaria. Mas creio que foi certamente por descuido,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é baixa política!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … foi certamente por descuido e eu queria, evidentemente, completar as saudações, às quais creio que o Sr. Deputado José Luís Carneiro se associa.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, o debate político muito…

Burburinho na bancada do CH.

O debate político…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És um provocador! O debate político não sabes tu fazer!

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu não tenho medo nem fujo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já não se pode ser simpático com a bancada do Chega?

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado… Sr. Deputado, Srs. Deputados! Srs. Deputados!

Burburinho nas bancadas do CH e do PSD.

O Sr. Deputado Hugo Soares tem experiência parlamentar suficiente para aguentar alguma agitação e para perceber os efeitos das suas palavras,..

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sereníssimo, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — … portanto, não está a levar a mal a agitação que provocou.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nada!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Mas agora vamos voltar ao debate.
Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, estou só a começar.
Queria dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, à Câmara e ao País que o debate político, não tenho dúvida nenhuma, muito por força da entrada em cena do partido Chega, ganhou um novo fervor e uma nova forma de fazer política muitas vezes — falo da forma de fazer política — muito fanfarrona. Utilizam-se expressões, afirmamos muitas vezes algo com uma perentoriedade que depois, quando vamos aos factos, as coisas esvaziam-se.
E este debate quinzenal, Sr. Primeiro-Ministro, ficou claramente marcado por duas expressões, por duas frases que eu queria aqui relembrar. A primeira é do Sr. Deputado José Luís Carneiro, que quando falava de saúde disse o seguinte, e eu vou citar *ipsis verbis*: «Nunca nasceram tantas crianças nas ambulâncias…»

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e, mais grave, uma mãe que chegou a dar à luz na rua.» E depois, com a tal fanfarronice — forma de fazer política —, disse: «Um cenário nunca visto neste País!»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Surreal! Foi surreal!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — De facto, Sr. Deputado José Luís Carneiro, em 2022 — o Sr. Deputado era membro do Governo —, nasceram 18 crianças na via pública. Em 2023, nasceram 15 crianças na via pública.

Protestos do Deputados do PS José Luís Carneiro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E qual foi a consequência?

Vozes do PSD: — Ah! Não se lembrava! Já não se lembrava!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O que se passou, afinal, durante o parto em plena rua de Lisboa?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Foi consequência!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto era tão evidente, José Luís!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — «Duas meninas nasceram na estrada, a caminho da maternidade.»

O orador exibiu fotocópia da notícia que referiu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era tão evidente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu queria aconselhar o Sr. Deputado José Luís Carneiro a aprender menos a forma de fazer política com o Chega, porque depois os factos desmentem-no e tem de vir mais bem preparado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É a tal precipitação, Sr. Primeiro-Ministro, a tal precipitação, a tal forma fanfarrona de querer imitar os outros.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que é possível, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E depois nós temos, e eu tenho mesmo, Sr. Deputado José Luis Carneiro devo-lhe dizer, eu tenho por norma acreditar na credibilidade dos políticos e na sua em particular, mas é isto que depois leva a que as pessoas desconfiem daquilo que vem aqui dizer.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já o Deputado André Ventura, já o Deputado André Ventura, num tom mais firme — confesso! — num tom mais forte, berrou para o microfone: «Nós nunca voltamos para trás! Nós nunca voltamos para trás!» Ainda por cima, Sr. Primeiro-Ministro, numa matéria que tinha a ver com uma questão que é inultrapassável: uma legislação que foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional e o Sr. Deputado André Ventura, contra o regime marchar, marchar; contra as instituições, berrava: «Nós nunca voltamos para trás!»

Ó Sr. Deputado André Ventura, lembra-se quando disse que ponderava e que até ponderava muito e que até incitava a apoiarem o Almirante Gouveia e Melo para Presidente da República? — «Nós nunca voltamos para trás!»

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que é que isso tem a ver?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Recorda-se quando anunciou ao País: «Eu não quero ser Presidente da República, eu quero ser Primeiro-Ministro.» — «Nós nunca voltamos para trás!»

Risos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu sei qual é o medo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tese de doutoramento do Deputado André Ventura: «Estou preocupado com a suspeição em relação a determinadas comunidades minoritárias.» — «Nós nunca voltamos para trás!»

Mostrou-se apreensivo com a estigmatização das minorias e com o discurso do medo — «Nós nunca voltamos para trás!»

Protestos de Deputados do CH.

Ó Deputado André Ventura, o Sr. Deputado vem falar de educação e de saúde neste debate e, em 2019, no seu programa, propôs a extinção do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. O senhor nunca volta para trás! Olhe, o senhor não faz é mais nada do que andar para trás. O Sr. Deputado faz-me lembrar o caranguejo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado faz-me lembrar o caranguejo.

Por isso, Sr. Deputado André Ventura, eu disse ao Sr. Deputado José Luís Carneiro que ele tinha de ter mais cuidado, sob pena de nós deixarmos de acreditar nas afirmações perentórias dele. A si, devo-lhe dizer que a quantidade de vezes que diz uma coisa e outra, já ninguém acredita em si, não me leve a mal que lhe diga com esta franqueza.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso digo eu de si! Por isso é que estamos à frente dele!

Burburinho na bancada do CH.

Voz do PSD: — Ainda não acabou!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, estranhei, confesso que estranhei.

O Sr. Primeiro-Ministro, em nome do Governo de Portugal, veio à Câmara voltar a anunciar um conjunto de medidas — aliás, fazendo jus ao tema deste debate, que é um debate sobre reformas estruturais, sobre transformação do País —, para quê? Para resolver os problemas concretos da vida das pessoas. E olhando para um dos problemas, que é um problema que todos conhecemos, um problema que se arrasta há muitos e muitos anos, o problema da habitação em Portugal, o Governo teve um Conselho de Ministros na semana passada onde aprovou um conjunto de medidas que procura, do lado da oferta, colocar mais casas no mercado.

Hoje, o Governo vem ao Parlamento, eu sei que os senhores não estavam habituados, mas voltou a vir ao Parlamento — veja só, Sr. Primeiro-Ministro, estamos com cerca de 100 dias de mandato deste Governo —, e voltou a anunciar uma baixa de impostos. O Governo veio cá hoje dizer que vai descer um conjunto de impostos,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Anunciar, anunciou! Só anunciou!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … precisamente para que os portugueses possam ter melhores condições de acesso à habitação.

Sr. Primeiro-Ministro, vou-lhe dar tempo para poder explanar mais as reformas que estão em curso, mas queria-lhe fazer uma pergunta muito direta, porque o Sr. Primeiro-Ministro ouviu todas as intervenções que me antecederam. Quantos Deputados lhe fizeram perguntas sobre habitação? Quantos Deputados saudaram o Governo por baixar impostos?

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Quantos Deputados quiseram, efetivamente, falar dos problemas que interessam à vida das pessoas?

Eu vou antecipar a sua resposta para poder falar do resto. Sr. Primeiro-Ministro, a si e ao País, digo: as Sr.as e os Srs. Deputados que quiseram falar dos problemas que interessam à vida das pessoas foi zero!

Aplausos do PSD.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Saúde, habitação…!

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já não bastou o Governo?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, não há dúvida que, talvez por concordância, acho que podemos interpretar o silêncio das várias bancadas da oposição sobre as medidas que aqui trouxemos sobre habitação como concordância, porque não tenho dúvidas que, se por acaso houvesse divergências e divergências de fundo, elas teriam sido assinaladas, porque isso é o que compete à oposição, é aquilo que se espera da oposição.

Portanto, em bom rigor, desse ponto de vista não tenho grandes dúvidas de que as bancadas da oposição — mas elas poderão falar por si —estão de acordo com aquilo que foi apresentado,…

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

… porque nós falámos do aumento do valor das deduções à coleta para os inquilinos e ninguém se manifestou contra, portanto, parece-me que esta é uma medida positiva que dará instrumentos para que as pessoas tenham não só a justiça subjacente a poderem apresentar a sua despesa com rendas em habitações de valor moderado para efeitos de terem um benefício na sua tributação em sede de coleta de IRS, como também, já agora, deixe-me dizer-lhe, contribuirá, como a medida seguinte, de que vou falar, para menos informalidade no mercado,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Evitar a economia paralela, claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … para maior capacidade de inquilinos e senhorios se poderem fiscalizar mutuamente e, portanto, acabando a informalidade, haver também um aumento da receita por essa via.

É aquilo que acontece também quando nós convocamos os senhorios para poderem colocar mais habitação a preços moderados, a rendas moderadas no mercado, diminuindo a sua tributação em sede de IRS de 25 % para 10 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Como tive ocasião de dizer já há pouco, esta medida visa estimular muitas pessoas. Há cerca de 300 000 casas, dizem todos os estudos, disponíveis em Portugal para o mercado de arrendamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não direi que todas têm um arrendamento fácil, mas é, creio eu, previsível que a grande maioria possa estar em condições de ser absorvida pelo mercado. Muitas destas habitações estão em locais de grande pressão, portanto, desse ponto de vista, esta diminuição da tributação faz com que um proprietário possa fazer as suas contas e concluir: tenho de pagar o IMI (imposto municipal sobre imóveis), tenho de pagar várias despesas associadas ao património, mas tenho aqui uma diminuição do meu encargo, em sede de IRS, que me compensa colocar esta habitação no mercado, mesmo que tenha algum, enfim, problema de utilização em perspetiva futura.

Ao darmos condições aos proprietários, aos senhorios para colocarem mais casas no mercado, essas casas vão estar mais acessíveis, e havendo mais casas no mercado é expectável que — não é no imediato, no mês

seguinte, mas de uma forma gradual — os preços possam ser contidos e, eventualmente, até diminuírem. Este é o objetivo desta dupla ação sobre os proprietários e os inquilinos.

Depois também decidimos — e anunciámos e amanhã apresentaremos com mais detalhe — o fim das mais-valias, também em sede IRS. No caso do resultado da venda de habitações que não estão em condições de serem colocadas no mercado por valor moderado, o produto dessa venda pode ser aplicado precisamente com essa finalidade. Ou seja, alguém que vende uma casa, ou até uma empresa que tenha várias casas, que tenha um prédio, pode, com o produto da venda do seu património, não pagar a mais-valia que em condições normais teria de pagar, se aproveitar o resultado desse negócio e o aplicar na disponibilização de mais habitações para arrendamento.

Portanto, desse ponto de vista, é mais um estímulo a que possa, no mercado da habitação, haver uma dinâmica capaz de poder diminuir o preço e aumentar a oferta.

Mas não somos daqueles que acreditam só no mercado. Sabemos que para além do mercado, para além da oferta privada, que é preciso estimular, temos também de ter investimento público. Foi por isso que, mal chegámos ao Governo, aumentámos o objetivo da construção ou reabilitação de edificado na área pública de 26 000 para 59 000. Mas fizemos mais: garantimos o respetivo financiamento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dinheirinho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que mesmo das 26 000 que estavam previstas, só havia dinheiro para financiar 16 000. Para além dessa medida, entre o investimento direto destas 59 000 casas e aquele que os municípios têm nas suas estratégias locais de habitação — que ascende a necessidades estimadas em 133 000 novas casas —, estamos a trabalhar com o Banco Europeu de Investimento para assegurar aos municípios o respetivo financiamento em condições favoráveis.

Sr. Deputado, estamos, portanto, também a atuar do ponto de vista público, do ponto de vista da nossa responsabilidade direta. E estamos também a aproveitar o edificado do Estado, estamos a dizer aos vários departamentos do Estado que têm património que não tem utilização, nem pretende ter utilização nos próximos tempos, que vamos, então, fazê-lo ingressar na possibilidade de o Estado intervir para colocar esse edificado disponível para arrendamento ou para aquisição.

E mais! Nos locais onde isso não for viável, ou pelo menos não for viável para o colocar no mercado de habitação a preços moderados, que muitas vezes é o mesmo que dizer «naquelas localizações que têm um preço de mercado muito mais elevado», então aí o Estado pode vender esse património, obrigando-se, do ponto de vista da decisão política, a aplicar o respetivo resultado na construção da tal habitação a preços moderados, seja para arrendamento, seja para aquisição.

Sr. Deputado, tudo isto num processo de simplificação e num processo de parceria. Mas, o Sr. Deputado falou do ímpeto reformista que trouxemos a este debate — vou ter de pôr os óculos, porque são tantas reformas que, para caber numa página, têm de ser letras pequeninas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — São tão poucas que é preciso olhar para o detalhe!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — São tão pequeninas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, Sr. Deputado, são pequeninas, sabe porquê? Porque tenho aqui 20 destaques dos primeiros 100 dias de Governo e em letra maior não cabia, sabe?

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Mas os Srs. Deputados dirão se estão em desacordo: redução adicional de 500 milhões de euros do IRS, do 1.º até ao 8.º escalão; novo suplemento extraordinário para as pensões mais baixas;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … descida do IRC para 19 % e, de forma gradual, até 17 %, e 15 % para as pequenas e médias empresas;…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devia ser muito mais!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Até o PCP concorda!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … vagas no pré-escolar, com contratos de associação, a que já me referi há pouco, e com contratos com os municípios.

A reforma na área da educação, com especial enfoque na ciência e na inovação; a reorganização da estrutura do ministério; a extinção de várias entidades para criar uma organização mais moderna, mais eficiente, libertando mais quadros para as escolas — aqueles a que se calhar, há pouco, a Sr.ª Deputada Mariana Leitão se queria referir —, e o reforço da ligação entre o conhecimento, a ciência, a investigação e as empresas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A proibição da utilização dos *smartphones* nas escolas, uma medida que, já pela sua aplicação facultativa no ano passado, se compreendeu que produz efeitos positivos nos *rankings* de aprendizagem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A proposta da alteração à lei de estrangeiros, que queremos mesmo alterar. Não somos daqueles que insistem tanto numa tese, que pode não ter, por força da respetiva pronúncia, a adesão do Tribunal Constitucional, e no fim do dia o que querem é que fique tudo na mesma.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Convém, já agora, a propósito da imigração, dizer a alguns Deputados que se tivermos um impulso legislativo que não respeite a Constituição, ainda que na interpretação do Tribunal Constitucional, o que vai acontecer é que vai ficar tudo na mesma. Se calhar é isso que alguns querem para depois esgrimir isso como argumento. Mas nós não, nós queremos mesmo resolver o problema.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

A revisão da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, nomeadamente com a inclusão da literacia financeira e com a eliminação da carga ideológica.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Uma nova proposta de lei da nacionalidade; a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, sobre a qual alguns partidos quiseram fazer birra durante um ano.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E está a funcionar muito bem!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O maior dispositivo de sempre para os incêndios — é verdade, fomos nós que o decidimos, neste Governo, independentemente das ocorrências que acabámos por ter.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a correr tão bem!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O lançamento da linha nacional da prevenção do suicídio. O alargamento da vacinação gratuita contra a gripe para todas as crianças dos 6 aos 23 meses de idade. Uma nova aplicação do Serviço Nacional de Saúde, com novas funcionalidades, como a marcação de consultas em centros de saúde.

Um impulso legislativo para dar à legislação laboral a possibilidade de oferecer à economia mais competitividade, capaz de gerar melhores empregos e melhores salários.

O lançamento da reprivatização parcial do capital social da TAP. A aprovação do novo regime jurídico da mobilidade elétrica. O programa de troca de eletrodomésticos financiados pelo Governo, com eletrodomésticos mais eficientes do ponto de vista energético e, até, um pacote de medidas para prevenir situações como aquelas que tivemos no apagão. E a criação da Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, IP.

Fico pelas 20 medidas, Sr. Deputado, para dizer que é muito fastidioso para a oposição, é mesmo fastidioso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É melhor porque isso é só papel!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estão habituados a este ritmo. Só gostam de falar mal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do CH: — É só papel!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas os portugueses estão connosco, os portugueses compreendem, os portugueses querem, os portugueses acreditam e nós também acreditamos nos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só sair à rua…!

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pedro Louro.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, este debate mostra um contraste que já ninguém consegue ignorar.

De um lado, uma oposição entregue ao radicalismo, perdida, rendida à política do *TikTok*…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Querias saber usar!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — … e, sobretudo, com vazio de propostas. Não há uma medida, uma proposta, uma política pública por parte da oposição que melhore verdadeiramente a vida dos portugueses.

Aplausos do PSD.

Do outro lado, um Governo que sabe que é a seriedade, a verdade, a moderação e o trabalho sério que resolvem a vida e os problemas concretos dos portugueses.

E é sobre a vida concreta dos portugueses que hoje lhe quero falar, nomeadamente sobre a vida de um jovem. Um jovem chamado José,…

Vozes do CH: — Não se pode chamar pelo nome!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — … ou melhor, chamado Zezito, como os amigos gostam de lhe chamar.

Protestos do CH.

Risos de Deputados do PS.

O Zezito quis ir para a faculdade e conseguiu, graças ao enorme reforço da ação social cedido por este Governo: são 30 milhões de euros para que o talento não dependa do rendimento dos pais.

Mas a irmã mais nova do Zezito também sente a diferença da governação deste Governo,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sente, sente!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — … porque tem os professores na sala de aula, onde devem estar, e não na rua, como estavam com o Partido Socialista, e porque aprende numa escola sem a distração dos telemóveis. Porque proteger a escola dos telemóveis é também proteger a saúde mental das nossas crianças.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Que bem precisam!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, quando terminar os seus estudos, o Zezito também vai poder beneficiar do IRS Jovem, como hoje já acontece com mais de 400 000 jovens em Portugal, graças a este Governo. É a diferença entre um Governo que investe no futuro e uma oposição que vive, única e exclusivamente, do passado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É um dos zezitos!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Mas, quando chegar a hora de sair de casa dos pais, o Zezito pode também contar com medidas que antes eram apenas, exclusivamente, uma miragem, no tempo do Partido Socialista: a garantia do Estado no crédito, a isenção do imposto de selo e do IMT na compra da primeira casa,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Como se os zézitos conseguissem ter casa!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — … um Porta 65 sem entraves e um investimento de mais de 1300 milhões de euros em habitação acessível, graças ao contrato assinado com o Banco Europeu de Investimento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Porque prometer é barato, como o PS bem fazia, mas financiar e executar, isso sim, é governar com responsabilidade.

Aplausos do PSD.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, termino com uma pergunta que é simples, mas decisiva, não só para a vida do Zezito,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Do Andrezito também!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — … mas para a vida de milhares de jovens: podem, os jovens, continuar a contar com estas medidas, que verdadeiramente são determinantes na sua vida, e podem continuar a contar que este Governo não deixará ninguém para trás, não deixará nenhum jovem para trás, seja na educação, na habitação ou no emprego?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Pedro Louro, por economia de tempo, vou, no fundo, reiterar muitas das realidades que o Sr. Deputado aqui trouxe, que são aplicáveis não só a esse jovem, como a todos os jovens em Portugal.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Até o Andrezito também!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Efetivamente, temos uma política concertada, estruturada e integrada, que visa dar esperança e confiança aos jovens portugueses para poderem acreditar que o seu futuro é em Portugal. Isso passa por medidas fiscais como aquelas sobre o rendimento do trabalho, e o IRS Jovem é um regime que não existe, com a sua configuração, em mais lado nenhum da Europa e do mundo; é o caso das vantagens que damos aos jovens na compra da sua primeira habitação; é o caso dos programas de apoio ao arrendamento; é o caso da valorização da sua saúde, sendo que mencionou, por exemplo, aquilo que estamos a fazer a nível da psicologia e da nutrição nas escolas; é o caso do acesso às creches, ao pré…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Terminou este ponto da ordem do dia, o debate com…
O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, até porque o Sr. Deputado falou no Zézito e, como temos vários aqui — penso que era carinhoso —,…

Vozes do CH: — Ah!…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … não sabemos se era José Luís, ou se não era mesmo José Pedro.
É só para dizer que foi proferido pelo Sr. Deputado que os partidos da oposição não apresentavam propostas,…

Protestos do CDS-PP e do Deputado do CH André Ventura.

… e eu quero que fique claro que o Secretário-Geral do Partido Socialista fez três perguntas: sobre defesa ligada à economia, sobre habitação e sobre urgências.

Protestos do CH e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E gostaria que ficasse claro que,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … na primeira oportunidade, o Governo vai responder a estas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este ponto da ordem do dia.

Agradeço a presença do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro. Até uma próxima oportunidade e vamos todos trabalhar a bem do País.

Pausa.

Srs. Deputados, a nossa ordem do dia continua!
Srs. Deputados que estão em circulação…

Pausa.

Srs. Deputados, não estão interrompidos os nossos trabalhos, nem os vou interromper.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Vamos lá a trabalhar! Já deram a graxa toda!

O Sr. **Presidente**: — Por isso, pedia respeito, porque tenho de dar a…

Pausa.

Os Srs. Deputados também sabem que o circuito normal dos Deputados não é pela frente, mas sim pelas bancadas, exceto quando os trabalhos terminam, o que não foi o caso.

Pausa.

Vamos entrar no ponto dois da ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 139/XVII/1.ª (PS) — Altera a Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, que aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoas com deficiência, 181/XVII/1.ª (L) — Alarga o regime de concessão de crédito bonificado à habitação aos membros do agregado familiar que coabitam com a pessoa com deficiência, 192/XVII/1.ª (PAN) — Alarga o universo de beneficiários do regime de crédito bonificado à habitação e aumenta o montante máximo dos empréstimos elegíveis no âmbito desse regime, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto e 203/XVII/1.ª (BE) — Alarga a proteção das pessoas com deficiência no acesso ao regime do crédito bonificado à habitação, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 284/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que inclua no mapeamento e na distribuição de habitação um critério que facilite o acesso à habitação às famílias com membros do agregado familiar com mobilidade reduzida.
Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Garantir equidade no acesso ao essencial da nossa vida deve nortear as opções políticas que apresentamos nesta Casa, e é por isso que consideramos fundamental que deste debate saia o maior consenso possível para melhorar o regime, que é fundamental, de garantia de habitação digna, adequada e que responda às específicas necessidades da população.

Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.

A necessidade de adaptar, em concreto nas políticas de habitação, as condições dignas de quem se confronta com maiores dificuldades nas tarefas básicas do dia-a-dia é fundamental,…

Continuação de protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.

… seja quando olhamos para a habitação pública, seja quando olhamos para o arrendamento privado, seja quando olhamos para a habitação própria e permanente. É nesta última dimensão que hoje queremos intervir.
Desde 2015 que existe, de forma aparentemente consensual, um enquadramento legal específico para o crédito à habitação para pessoas com deficiência, reconhecendo a necessidade de apoiar o acesso à habitação por parte de quem enfrenta dificuldades acrescidas, invariavelmente ligadas à necessidade de adequação das

suas habitações. Mas deste consenso deve também surgir a necessidade de reavaliar um regime que vigora há 10 anos no nosso País e que, embora fundamental, demonstra algumas ineficiências na concretização do objetivo a que todos nos comprometemos enquanto Estado.

Não é de hoje a discussão sobre a necessidade de tornar o regime mais eficaz. Por isso é que, na anterior legislatura, iniciámos esta discussão no Parlamento, que não se concluiu porque quem fala das «casas de papel» — PSD, CDS, Chega — impediu aqui, no Parlamento, a votação final global desta proposta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não foi o Chega! Diz a verdade!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Daí a importância deste agendamento e a importância de retomarmos uma discussão basilar para reforçar um direito fundamental, como é o direito à habitação, em condições de igualdade.

Apresentamos, pois, um projeto de lei que visa, muito sucintamente, responder a três dimensões que impedem, nos dias de hoje, uma eficaz concretização deste regime.

Por um lado, visa responder ao quotidiano de muitas destas pessoas, cujo agregado familiar é usualmente quem assume a responsabilidade pela aquisição de uma habitação com condições adequadas e adaptadas às necessidades de conforto, acessibilidade e acompanhamento. Nestas situações, embora identificadas por todos, a legislação não permite aceder a um regime especial, excluindo muitos dos milhares que poderiam, em rigor, aceder a este regime. É por isso que queremos garantir que, tratando-se de uma habitação permanente de uma pessoa com deficiência, o regime seja extensível aos membros do agregado familiar e, com isso, que a adequação das habitações se aplica mesmo, de forma universal, a todos os que dela precisam, menores ou maiores de idade.

Por outro lado, e tendo em consideração a necessária exequibilidade do regime num tempo em que, infelizmente, o mercado da habitação não responde aos limites definidos em 2014, sobretudo nas zonas de maior pressão urbanística, é fundamental ajustar o montante máximo dos empréstimos, passando-o agora para 450 000 €.

Por último, e porque a bonificação depende de um conjunto de requisitos, nomeadamente no que diz respeito ao grau de incapacidade, é importante dar garantias a estas famílias de que qualquer reavaliação da sua condição — como, aliás, acontece — que as faça perder este regime não implicará, no imediato, a perda do mesmo, pois isso traz implicações, muitas vezes incalculáveis, para as suas vidas.

Aplausos do PS.

Daí que se pretenda com este diploma criar um regime de redução faseada do apoio, permitindo às famílias uma adaptação progressiva à nova realidade financeira, tal como se fez, em sede de IRS, no caso de perda abrupta de benefícios fiscais.

Srs. Deputados, as alterações que aqui apresentamos são objetivas e respondem a propósitos objetivos, mas, mais do que isso, respondem a propósitos fundamentais de uma comunidade.

Uma sociedade justa, uma sociedade digna, uma sociedade inclusiva onde nos sentimos parte de um coletivo depende mesmo deste trabalho. Por isso é que somos todos chamados a intervir para, no fim deste processo, garantirmos que o direito a uma habitação digna e adequada não é só uma política para alguns, mas antes uma política verdadeiramente para todos.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Armando Grave, do Chega.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, como todos sabemos, a habitação está a ser um grave problema para todos os cidadãos há muito tempo, não é de agora. Há oito anos já o era, e nada foi feito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos dos Deputados do PS Carlos Pereira e Marina Gonçalves.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Os preços dos fatores de construção — que sabe muito bem que aumentaram! —, em quatro anos, aumentaram 33 %. O preço imputado à burocracia, entre muitos outros fatores, está a ser o grande obstáculo para a aquisição de habitação, especialmente, e neste caso, para as pessoas com deficiência.

O Chega reconhece o mérito social do objetivo hoje aqui apresentado: garantir que as pessoas com deficiência e as suas famílias tenham condições reais para assegurar habitação adequada, acessível e digna, no cumprimento de um direito fundamental — como os Srs. Deputados, quando estiveram no poder, deveriam saber, mas parece que só agora é que se lembram!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Deixamos aqui claro que aceitamos o princípio. Exigimos rigor e eficácia no detalhe. Eficácia, Sr.ª Deputada.

A comparação com o IRS é falaciosa, uma vez que este é apresentado anualmente, enquanto o crédito é analisado plurianualmente, com as legítimas expectativas.

O valor máximo do financiamento a estabelecer será de 450 000 € e deverá ter em conta a localização. Por isso, gostaria de perguntar à Sr.ª Deputada:…

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Calma, que o senhor tem tempo, ainda!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — … onde está, no articulado, a norma transitória que garante que nenhum contrato já em vigor verá as suas bonificações reduzidas ou alteradas por esta nova lei apresentada?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pelas suas declarações.

Imagino que também esteve desatento nos últimos anos em relação à política de habitação.

O Deputado do CH Armando Grave sinalizou que não com o dedo indicador.

Não me vai ouvir a mim dizer que tudo foi feito e que tudo foi bem feito, mas posso-lhe garantir que fizemos muito mais pela habitação do que os senhores, aí na oposição,…

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Por isso é que há muitas casas!…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … que aprovam e defendem medidas só para alguns — e não para todos, como nós defendemos — nas políticas de habitação.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, permita-me também dizer-lhe que não percebi — mas posso ter sido eu que não entendi — a comparação que fez entre IRS e crédito bonificado. Eu falava apenas de uma norma transitória que colocamos quando uma pessoa com deficiência perde também o acesso ao regime especial de IRS, ou seja, para que tenha um regime transitório e, saindo desse regime especial, isso seja faseado e não tenha tanto impacto no seu dia-a-dia.

Portanto, a comparação que eu fiz foi exatamente com a norma e o regime transitório que colocamos neste diploma para, de forma correta, permitir às famílias que, por já não cumprirem os critérios, saem do regime, de forma faseada e mais justa possam sair do regime. A equiparação era esta, nada tinha a ver com o funcionamento e os princípios do IRS e do crédito bonificado para pessoas com deficiência.

Quanto à questão que levantou, Sr. Deputado, as medidas que aqui prevemos são benéficas para os seus beneficiários, para as pessoas com deficiência. Portanto, se se aplicarem para o futuro e nos contratos que existem, estamos verdadeiramente a permitir que, em alguns casos, nos das medidas que alargam os limites, mais gente tenha este regime especial; e, em medidas como esta de que falamos, do regime faseado, quem já hoje beneficia deste regime especial possa beneficiar de um regime mais benéfico.

Portanto, é uma decorrência do diploma, mas temos total disponibilidade para, na especialidade, se for essa a questão do Chega, clarificarmos. E espero que desta vez o Chega não vote contra a aprovação deste diploma, como fez na legislatura passada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na anterior legislatura, o Livre apresentou um projeto de lei que alargava aos membros do agregado familiar da pessoa com deficiência o acesso ao crédito bonificado.

É bom relembrar que esta proposta não foi votada, e eventualmente aprovada, porque caiu com a dissolução do Parlamento. Nós tentámos de tudo para que fosse votada, mas foram o PSD, o CDS e o Chega que evitaram essa votação, para agora, apenas meses depois, podermos novamente discutir esta proposta.

Na verdade, da parte do Livre, já desde a proposta e discussão do Orçamento do Estado para 2024 que vínhamos pedindo esta medida, que é de elementar justiça. Foi, então, rejeitada, e é com bons olhos que vemos que agora parece ir ser aprovada.

Gostaria que os Srs. Deputados e as Sr.as Deputadas tivessem tido acesso às mensagens que recebemos destas famílias, dezenas de mensagens, sobretudo de pais de crianças com deficiência. Mensagens do Pedro, da Andreia, do José, da Ariana, do Jorge,…

Protestos do CH.

… que nos falavam de vitória, de um sinal de esperança em condições melhores.

Ou ainda — permitindo-me a uma nota pessoal —…

Continuação de protestos do CH.

… uma mensagem que recebi, numa rede social que já praticamente não utilizo, de uma pessoa que não reconheci imediatamente, a Joana, que foi minha colega na escola primária e que não vejo há mais de 20 anos.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Isso é um nome identificável!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Temos autorização!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Dizia-me ela, na sua mensagem, que me agradecia e que o seu filho João me agradecia, que o seu filho nunca iria saber o que estávamos a fazer por ele, mas que nos agradecia.

Protestos do CH.

Hoje de manhã, quando lhe perguntei se podia citar o seu nome e citar o nome do seu filho,…

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … ela disse-me «claro que sim», e acrescentou: «É a minha missão de vida lutar pelos nossos filhos.»

É por estas pessoas, que enfrentam tantos desafios, tantos obstáculos, tantas dificuldades, que nós apresentamos esta proposta.

Aplausos do L.

Convém relembrar o que está em causa: um regime que existe há 10 anos, mas que deixa de fora os familiares das pessoas com deficiência, deixa de fora os pais que têm a seu cargo crianças menores com deficiência e que, por isso, não conseguem ter acesso ao crédito bonificado. Este é um constrangimento grave que, 10 anos depois, urge corrigir. Para isso, aqui estamos.

Este é um imperativo de justiça social e civilizacional. Estamos a falar de pessoas que têm desafios acrescidos no acesso à habitação, desafios que já são enormes para a grande maioria da população portuguesa, mas que são muito maiores ainda quando falamos de pessoas com deficiência.

Corrigir esta injustiça é parte da afirmação daquilo que o Livre quer para o País, um País para todos e onde ninguém fica para trás.

Aplausos do L.

Protestos do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimentos da Sr.ª Deputada Ana Oliveira, do PSD.

Vozes do CH: — Disse nomes identificáveis!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Mas pedimos autorização!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pedido por vocês é sempre duvidoso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O Sr. Presidente não manda calar?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já mandas na Mesa?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada Ana Oliveira, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como às Sr.ªs e aos Srs. Deputados, e, naturalmente, começo por saudar o Partido Livre pela apresentação desta proposta, que está alinhada com o Programa do Governo e apresenta medidas para a melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas com deficiência, tanto a nível da habitação como noutras áreas fundamentais — na educação, na formação, no acesso ao mercado de trabalho e, também, no âmbito das acessibilidades —, assim como a efetivação de uma nova Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, pelo que estamos alinhados nesta preocupação que hoje trazem a debate.

Contudo, seria importante, nesta discussão, detalhar alguns pontos desta iniciativa, desde logo a importância de ver bem esclarecido o seu impacto na despesa pública. Perante o que existe atualmente, falamos de um regime cuja despesa ascendeu, em 2024, a 15,7 milhões de euros, e o aumento apresentado pode duplicar os encargos anuais do Estado.

Como a responsabilidade nesta matéria nos impõe uma avaliação detalhada e concreta, faço uma primeira pergunta: esta proposta não deveria ser acompanhada de uma avaliação minimamente detalhada ou de uma projeção financeira que nos permita avaliar a sua sustentabilidade?

Segunda pergunta: quanto ao regime de bonificação, parece-nos que a proposta ora apresentada constitui uma redução dos direitos adquiridos. Salvaguardaram esta situação?

Por fim, uma constatação: o Partido Socialista, diria eu, copiou em parte a vossa proposta. Consideram que foi uma forma de valorizar o vosso trabalho? Consideram que foi uma forma de, enquanto oposição, seguirem o vosso caminho?

Confesso, nesta matéria somos muito claros: o que interessa é ponderação, equilíbrio e justiça social, e não uma corrida de iniciativas legislativas.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Uau! É uma pergunta, do ponto de vista parlamentar, espetacular!…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O problema é andarem a plagiar propostas! Doeu no sítio certo!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Jorge Pinto tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputada Ana Oliveira, agradeço as suas questões.

Acho que a cópia é a melhor forma de homenagem, portanto, copiem as nossas ideias. Nós estamos habituados!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Olhem, ainda agora o Governo veio vangloriar-se do passe ferroviário: uma ideia do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então não é!?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Elas que sejam copiadas, desde que não as amaciem em demasia, e aqui estamos para trazer mais ideias a debate.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para não trabalhar!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sobre a sua pergunta, ouvimos as entidades — aliás, na legislatura anterior tivemos oportunidade de o fazer —, mas acho que os próprios valores que a Sr.ª Deputada referiu mostram o pouco esforço que isto exige ao Estado.

A Sr.ª Deputada falou de 15 milhões de euros, e, mesmo que o valor duplicasse — e não estou certo de que seja o caso —, não me parece que seja, de todo, um esforço demasiado por parte do Estado, por parte de todos nós, por parte dos contribuintes, para o que isto representa, isto é, para a importância que esta medida tem para centenas ou eventualmente milhares de famílias.

É, realmente, uma questão de justiça que tem um custo, como todas as políticas públicas têm um custo, mas se há medida em que acho que não há um único cêntimo que seja mal gasto é esta. Acho que todo o investimento público — que, repito, é bastante razoável — é muito bem aplicado nesta medida.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados,…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Peço desculpa, Sr.ª Deputada, foi trocada a ordem das intervenções, mas se a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real não se importar…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não me importo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, faça favor de prosseguir, Sr.ª Deputada, peço desculpa.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar as associações e estruturas representativas das pessoas com deficiência, que se têm batido pelo direito à vida independente.

Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, a 23 de setembro de 2009. Esta convenção garante o direito a decidirem onde viver, como viver e os serviços de apoio de que se precisam, promovendo uma vida autónoma na comunidade. Dezasseis anos depois, apesar de o acesso à habitação ser um direito fundamental, em Portugal, para as pessoas com deficiência, esse direito continua a ser sistematicamente negado.

É incontestável a severidade da crise na habitação em Portugal. O preço de compra das casas subiu 17 % em apenas um trimestre. No caso das pessoas com deficiência, que necessitam de casas com características específicas, os preços dispararam, para uma oferta de casas quase inexistentes. Além disso, estas pessoas partem, muitas vezes, de uma condição económica que é ainda mais frágil, com taxas de desemprego elevadas, contratos precários e rendimentos mais baixos. Como podem, então, comprar casa num mercado que exclui até quem não tem essas barreiras à partida?

É hora de fazer com clareza uma afirmação: sem habitação acessível, não há justiça social.

Pela presente iniciativa, o Bloco considera, em primeiro lugar, que a incapacidade da pessoa com deficiência deve ser atestada apenas no momento de acesso ao crédito, e não devem ser consideradas posteriores reavaliações. Em segundo lugar, o acesso ao crédito deve ser garantido aos membros do agregado familiar, quando destinado à habitação própria e permanente da pessoa com deficiência. Em terceiro lugar, não pode ser exigida pelas instituições de crédito a contratualização de seguro de vida como requisito para a concessão de crédito. E, em quarto lugar, o crédito deve ser concedido a 100 % e o valor máximo aumentado para 450 000 €.

A habitação não pode continuar a ser um privilégio para quem encaixa no molde da norma. A habitação é para todos, e isso significa também as pessoas com deficiência.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Agora sim, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, a quem renovo o meu pedido de desculpa pela troca.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje temos, pela segunda vez nesta legislatura, um debate dedicado ao reforço dos direitos das pessoas com deficiência, o que é muito importante porque representa um significativo passo deste Parlamento no sentido de dar visibilidade aos problemas destes cidadãos e cidadãs, muitas vezes tão esquecidos pelo poder político ou, pior, pelos serviços públicos, quando os deixam em segundo plano.

O PAN traz uma proposta que visa não só aperfeiçoar como melhorar o regime do crédito bonificado, que, reconhecemos, foi um passo importante no direito de acesso à habitação da pessoa com deficiência a uma vida independente. Se é verdade que já não estamos no contexto em que um terço dos bancos não oferecia este regime de crédito bonificado aos seus clientes, não é menos verdade que ainda há muitas insuficiências e lacunas que urge resolver, nomeadamente no que a estas pessoas diz respeito.

Não é justo nem aceitável que os pais ou principais cuidadores informais de uma pessoa com deficiência não possam aderir a este regime quando querem dar uma casa adequada aos seus filhos. Daí que o PAN proponha, precisamente, o alargamento do universo de potenciais beneficiários deste regime.

Não é justo nem aceitável que tenhamos um regime que tem como limite máximo de financiamento os 228 000 €, um valor muito abaixo da garantia jovem e que dificilmente paga uma casa nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, ou até no Algarve. Daí que o PAN proponha um aumento deste teto para os 450 000 €.

Não é justo nem aceitável que as pessoas com deficiência não sejam informadas deste regime pelo banco, o que é uma clara lacuna e se traduz num acesso desigual à informação, tendo em conta que nem todos têm o privilégio ou a sorte de se poderem deslocar ao balcão.

Finalmente, sinalizo que, com a presente iniciativa, o PAN quer ainda que haja uma monitorização do impacto desta medida e deste regime, para que as pessoas com deficiência possam ter acesso a ele e, também, que haja uma identificação regular das lacunas que do mesmo resultam.

Sr.as e Srs. Deputados, reconhecemos que há caminho que já foi feito, mas estamos num ponto de partida e não num ponto de chegada, pelo que, a bem do reforço para as pessoas com deficiência, esperamos que haja a oportunidade de todas estas iniciativas chegarem ao debate na especialidade.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Cuidado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal enfrenta, desde 2017, uma crise profunda no acesso à habitação, e é importante começar por aqui. A crise na habitação não começou hoje, não começou ontem, não começou há um ano; começou em 2017, no tempo dos Governos socialistas.

A crise imobiliária foi muito mal gerida pelos Governos socialistas. Bem nos lembramos de um conjunto de medidas…

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Marina, é consigo mesmo. É com a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves!

Dizia que bem nos lembramos da quantidade de medidas que foram aprovadas no tempo do Governo socialista contra os proprietários,…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — E muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … contra os senhorios, propondo mesmo medidas absolutamente terceiro-mundistas contra a propriedade imobiliária.

É uma crise que exige, hoje, uma resposta firme e responsável. É um problema que, todos sabemos, não se resolve do dia para a noite, mas que exige vontade política, e o Governo e a maioria da AD já mostraram que têm vontade política para resolver este assunto.

Percebo que as bancadas da esquerda não concordem com muitas das medidas que têm sido apresentadas pelo Governo em matéria de habitação, mas o que é certo é que o Governo tem mostrado iniciativa legislativa, demonstrada pelo pacote de medidas para a habitação aprovado no último Conselho de Ministros e pelas propostas que vão ser aprovadas no próximo Conselho de Ministros, já amanhã, também sobre a questão da habitação.

A crise na habitação afeta todas as famílias, mas afeta sobretudo as famílias com membros com mobilidade reduzida ou com pessoas portadoras de deficiência. Encontrar uma casa é um enorme desafio para as famílias, nos dias de hoje, mas é um desafio ainda maior para estas famílias que têm membros com mobilidade reduzida ou pessoas portadoras de deficiência.

Por isso, o projeto do CDS pretende atingir dois objetivos muito simples: em primeiro lugar, identificar os imóveis já adaptados e todos aqueles que possam facilmente ser adaptados de acordo com as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida; e, em segundo lugar, um acesso facilitado à habitação precisamente pelas famílias que têm membros com mobilidade reduzida ou pessoas portadoras de deficiência.

Não é apenas, na nossa perspetiva, uma proposta técnica. É, no fundo, uma proposta ética.

A questão da habitação é uma questão fundamental, é uma questão que diz muito às famílias, em Portugal, é uma questão social e é uma questão que o CDS leva muito a sério.

Na nossa perspetiva, este debate é uma oportunidade única para o Estado, mas também para a sociedade civil, de reafirmar o seu papel de defesa dos mais vulneráveis e de defesa da dignidade humana; e é uma proposta que nos deve convocar a todos, como representantes, como cidadãos e, acima de tudo, como seres humanos.

Por isso, o CDS está neste debate com o objetivo de apresentar soluções construtivas para que, criado o consenso no Parlamento, seja possível responder aos desafios da habitação, em particular aos desafios da habitação que são enfrentados pelas famílias com pessoas com mobilidade reduzida ou com membros portadores de deficiência.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do Juntos pelo Povo.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: As iniciativas que discutimos hoje são, sem margem para dúvidas, um passo significativo no reforço da justiça social e na salvaguarda das famílias que integram pessoas com deficiência. Trata-se de uma matéria que vai exigir, da parte do Parlamento, a maior seriedade e responsabilidade, pois incide diretamente sobre a vida de milhares de cidadãos que diariamente enfrentam obstáculos acrescidos e desafios permanentes.

O JPP entende que todas as iniciativas que se traduzam no fortalecimento dos direitos e na promoção da dignidade humana devem merecer a nossa consideração e todo o apoio. Reafirmamos, por isso, o nosso compromisso: neste Parlamento, a nossa atuação será sempre orientada por um sentido de justiça, de equilíbrio e de responsabilidade social, com o objetivo de garantir medidas que tenham impacto real e positivo na vida das pessoas.

Por isso, iremos acompanhar estas iniciativas, porque constatamos, acima de tudo, a justiça social de todas elas.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este regime especial de crédito bonificado, que tem regras e que deverá continuar a tê-las, para proteger quem dele necessita, não pode ser usado de forma cega, criando injustiças entre quem tem uma incapacidade igual ou superior a 60 % comparativamente a outras pessoas que venham eventualmente a recuperar e que deixem de ter essa limitação.

O simples facto de haver partidos da extrema-esquerda que propõem que não sejam consideradas posteriores reavaliações de incapacidade é próprio de quem quer semear a anarquia, criar injustiça social, para além de ser de uma tremenda falta de noção — a não ser que queiram alargar a bonificação para a compra de casa para todos, como aliás já aconteceu na década de 80; mas então não digam que é para apoiar pessoas com deficiência.

Quanto ao projeto apresentado sobre a inventariação dos imóveis públicos com possibilidade de serem adaptados, queremos relembrar ao CDS o diploma que corporiza a reforma do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público de 2007, que diz o seguinte, e passo a citar: «A inventariação completa dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais e dos imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos constitui uma necessidade premente». Era premente em 2007.

Sabem quem era o Presidente da República na época? Cavaco Silva. Sabem quem era o Primeiro-Ministro na época? José Sócrates. Sabem quem era o Ministro das Finanças na época? Teixeira dos Santos.

Praticamente duas décadas depois, não há nada, Srs. Deputados. Aliás, há qualquer coisa: estamos exatamente na mesma. O Estado continua a não saber quantas casas tem, quanto mais aquelas com rampas e

com elevadores. Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas em 2021, sobre os devolutos do Estado, foi completamente avassaladora.

Esta paralisia incompetente do Estado, que durante décadas não resolve aquilo que só depende de si — é que só depende de si! —, com o propósito, inclusive, de ajudar aqueles que são mais frágeis, só prova que o impulso reformista que o Governo gosta de relembrar nos debates quinzenais não passa disso mesmo: uma mão-cheia de nada, que leva esta Assembleia a discutir os mesmos problemas que se repetem porque não são resolvidos.

Um Estado que não consegue dar um número correto sobre o que quer que seja, sobre o que tem ou o que gere, é escandaloso. Isto não vai lá com apresentações em *PowerPoint*, nem com vídeos do Sr. Ministro da Reforma. Lamento, isto só vai lá com a Iniciativa Liberal.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP acompanha no essencial o conjunto das iniciativas sobre crédito bonificado à habitação para pessoas com deficiência, mas gostaria de partilhar algumas considerações, sem prejuízo das contribuições na discussão em sede de especialidade. De facto, o PCP não desperdiça nenhuma oportunidade que conduza a melhorias legislativas, mas tem consciência de que não bastam pensos rápidos.

As questões do crédito à habitação constituem uma dimensão importante, mas são-no ainda, infelizmente, para um pequeno segmento das pessoas com deficiência. A verdade é que a maioria das pessoas com deficiência debatem-se com a impossibilidade de auferir rendimentos que lhes permitam a compra ou aluguer de uma casa, tendo em conta os valores cada vez mais inacessíveis.

Às limitações dos valores da compra ou do aluguer, acresce a enorme dificuldade com os elevados custos de adaptação das casas. As questões de acesso à habitação representam um grave flagelo para milhares de famílias e assumem uma dimensão expressiva para as pessoas com deficiência, que são especialmente afetadas pelo desemprego, pela falta de oportunidades de emprego, que o estabelecimento de cotas no setor público e privado pretendiam proporcionar, mas que na prática continuam no papel.

O investimento na promoção da habitação a custos controlados e a habitação social, a par da garantia do direito ao trabalho às pessoas com deficiência, são questões estruturantes que não abandonamos. O PCP espera que, nesta oportunidade, sejam resolvidos problemas que limitam o acesso ao crédito às pessoas que o conseguem.

Permitimo-nos chamar a atenção para as observações da Associação Portuguesa de Deficientes acerca de iniciativas anteriores, especialmente no que diz respeito à exigência do comprovativo do domicílio fiscal, quando, por força das circunstâncias impostas pela própria deficiência, esta seja temporariamente diferente.

Outro alerta da APD (Associação Portuguesa de Deficientes) é o relativo à imposição, pelos bancos, de seguros de vida em valores muito superiores aos impostos ao restante mercado do crédito à habitação. Não é por acaso, por outro lado, que nos alertam para a ausência de supervisão e sancionamento das instituições bancárias nos casos de incumprimento da lei.

Mas, Srs. Deputados, cá estaremos também para esse combate.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos hoje aqui a discutir quatro projetos de lei e um projeto de resolução apresentados por diversos partidos sobre matéria com relevância fiscal e importância na justiça social, na habitação e na construção de crédito bonificado com reforço a pessoas com deficiência.

Quero começar por sublinhar a importância e a relevância dos temas em debate no que concerne ao alargamento do universo dos beneficiários do crédito bonificado à habitação nos membros do agregado familiar de pessoas com deficiência, deste que o imóvel se destine comprovadamente à residência própria e permanente; à atualização do montante máximo para 450 000 € com limite ao LTV (*loan to value*) bancário; e à criação de um regime de redução progressiva de bonificação se, após cinco anos, a reavaliação do grau de incapacidade descer para patamares inferior aos 60 %, mantendo-se, porém, uma incapacidade significativa igual ou inferior a 20 %. São medidas importantes, mas tímidas, paliativas, que não atacam os verdadeiros problemas da deficiência e dos respetivos agregados familiares.

Apesar disso, reconhecemos o mérito social, de forma geral, e acompanhamos os projetos de lei em apreço, mas com várias questões que esperamos, e estaremos atentos, que estejam vertidas e resolvidas em sede de especialidade.

Desde logo, na segurança jurídica, defendemos uma norma transitória expressa para blindar todos os contratos em vigor. Sem isto, abriremos a porta à insegurança e à litigância. Na redução progressiva, é aceitável apenas para novos contratos com avaliação social prévia, não permitindo a retroatividade encapotada. No teto máximo financeiro, o valor de 450 000 € deve ser focado socialmente com o escalonamento territorial e limiares de rendimento.

Não faremos deste regime um subsídio regressivo, pois o limite de 100 % previsto pelo BE, por exemplo, pode limitar o risco moral e a subalavancagem.

Na fiscalização, uma prova efetiva atualizada de residência permanente em coimas proporcionais para uso desvirtuado e um relatório anual a esta Casa, o Parlamento; em migração de regimes, clarificar quem suporta custos; em comissões, escrituras, seguros, defendemos isenções e compensações para famílias elegíveis; propor uma avaliação periódica de uma cláusula de revisão com base em dados de inclusão e de estabilidade financeira.

Sim à inclusão, com contas certas; não à insegurança jurídica e a modelos que penalizam quem mais precisa.

Sejamos claros: a justificação elencada pelo BE, do LTV a 100 %, não é suficiente para a atribuição desta isenção fiscal, e devíamos, sim, considerar na especialidade apenas 90 %.

Mudam-se os tempos para a esquerda, mudam-se as vontades. Os benefícios fiscais são de caráter excecional, mas para serem instituídos para quem necessita, como é o caso, pois a contínua e brutal carga fiscal é uma realidade que tanto tem penalizado Portugal e os portugueses e os mais necessitados.

Nesta matéria, com estas salvaguardas, sim, avançamos; sem elas, não.

Aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes do Santos, do PSD.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em democracia, todos os temas tratados na Casa da Democracia, no Parlamento, são importantes, mas há temas que, naturalmente, merecem a nossa maior e melhor atenção, porque impactam na vida real das pessoas. Estes temas que impactam na vida das pessoas com deficiência merecem, naturalmente, a nossa redobrada atenção.

Saudamos, naturalmente, as iniciativas que são hoje aqui apresentadas e discutidas em Plenário, mas recordamos que estas iniciativas só existem hoje porque existe uma lei, a Lei n.º 64/2014, que prevê exatamente esse regime de crédito bonificado para pessoas com deficiência. E podemos recordar que essa lei surgiu no seguimento de iniciativas propostas, à data, pelo Bloco de Esquerda e pelo PSD.

O que se pretende, nas iniciativas aqui hoje apresentadas, é alargar essa abrangência do regime que atualmente existe para as pessoas com deficiência também aos seus agregados familiares, às suas famílias. É isso que está aqui em causa. Não está aqui em causa, de modo nenhum, restringir ou voltar para trás naqueles que são os direitos das pessoas com deficiência ao dia de hoje.

Importa também aqui referir que, já na anterior Legislatura, esta temática esteve aqui, foi discutida, desceu à especialidade por iniciativa do Livre, e hoje, como já aqui foi dito, outros partidos trazem outras iniciativas. No caso do Partido Socialista, claramente plagiou a proposta da iniciativa do partido Livre.

Mas quero recordar aqui também que, na anterior Legislatura, o PSD não inviabilizou nada na especialidade. O PSD deu contributos na especialidade para esta discussão e não foi o PSD que votou contra a moção de confiança que fez dissolver o Parlamento e que provocou eleições antecipadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi o Primeiro-Ministro!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Portanto, não foi o PSD que inviabilizou que esta temática terminasse e que isto pudesse ter entrado já em vigor, como o Sr. Deputado do Livre há pouco referiu.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Isto porque o PSD, neste caso o Governo da AD, está muito comprometido com as políticas públicas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Podemos recordar que, neste pouco mais de um ano de governação, já tomámos várias iniciativas nesse sentido, e algumas delas vão ser tomadas a curto prazo.

Posso destacar aqui a melhoria dos procedimentos relativos ao subsídio de educação especial, para garantir que este apoio chega atempadamente a quem precisa. Refiro também que demos início à discussão da nova Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, para vigorar de 2026 a 2030. Avançámos também com a revisão do regime jurídico das acessibilidades, estando prevista a apresentação de uma proposta no final do ano. Potenciámos a execução do programa Acessibilidades 360°, para tornar acessíveis as habitações das pessoas com deficiência, espaços e edifícios públicos. E ainda lançámos um concurso dirigido aos municípios para a aquisição de cadeiras elétricas para utilização em centros históricos, que já teve mais de 500 candidaturas aprovadas, e 500 veículos serão colocados à disposição das pessoas que visitam cidades de todo o País.

Perante isto, não há dúvida de que este Governo, o Governo da AD, está comprometido em procurar defender e pugnar por aqueles que são os direitos das pessoas com deficiência.

Nestas propostas que aqui são hoje trazidas a debate, falta, efetivamente, perceber qual é o impacto orçamental das mesmas. Mas mais importante do que o impacto orçamental, falta perceber qual é que é o potencial universo de beneficiários, porque temos de ter presente que não podemos estar aqui a legislar procurando ou promovendo dessa forma eventuais injustiças e desigualdades. Acho que ninguém quer que isso aconteça e, portanto, é muito relevante que, aquando da apresentação deste tipo de iniciativas, se tenha bem presente qual é que é o potencial universo de beneficiários e quais é que são as regras que se devem criar para que não se fomentem aqui eventuais injustiças e desigualdades.

Portanto, faltam aqui alguns dados imprescindíveis para estimar o real impacto desta medida. Sem sombra de dúvida é uma medida importante, mas é também importante ouvir as entidades do setor. Até porque corre-se o risco, sendo aprovada a iniciativa do Livre, de haver uma reversão daqueles que são os direitos já adquiridos de alguns beneficiários, ao dia de hoje, neste regime especial.

Portanto, o PSD não inviabilizará esta discussão e estará disponível para, na especialidade, aprofundar este tema, com rigor e com seriedade, com estudo, com dados e sempre com uma forte e inquestionável sensibilidade social e humana, que é a marca deste partido há mais de 50 anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de terminar, para falar deste aparente consenso, gostaria também de falar um bocadinho das intervenções que aqui tivemos.

O PSD, quer na primeira intervenção, na questão que fez ao Livre, quer nesta intervenção, estava muito preocupado com um plágio. Ó Sr. Deputado, chame-lhe o que quiser. Srs. Deputados, chamem-lhe o que quiserem. Quando as ideias são boas e partilhamos os mesmos objetivos, pois bem, ainda bem que há mais que um partido a apresentar boas propostas. O que faltou foi o vosso projeto neste debate.

Aplausos do PS.

Por isso, relativamente à prioridade que dão aos temas, fica muito claro o facto de não terem entregado nada aqui e estarem tão preocupados em falar de plágio.

Protestos de Deputados do PSD.

Digo com toda a convicção: ainda bem que há mais do que um partido a apresentar propostas, ainda que, como o próprio Sr. Deputado referiu, elas sejam diferentes nos seus objetivos e nas suas dimensões — o Sr. Deputado, aliás, já os referiu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Plágio!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Mas mais: os Srs. Deputados estão preocupados com o impacto orçamental desta proposta, depois de, há uma semana, termos estado aqui a discutir um impacto brutal do IRC, que nada tem a ver, no que diz respeito à comparação de impactos orçamentais, com uma preocupação que tanto têm — e já agora, para responder ao Sr. Deputado Paulo Núncio — com pessoas com deficiência. É importante que se fale destes temas com convicção, mas, sobretudo, também, com rigor.

Por isso, Srs. Deputados, falar destes temas e preocuparmo-nos com estes temas leva-nos a que essa dimensão seja uma dimensão secundária face àquele que é o principal objetivo desta legislação, que é responder, objetivamente, a um problema que identificamos num diploma, que é importante, que existe há 10 anos, que ainda bem que existe e que continua em vigor, mas precisamos de o melhorar, para o tornar mais eficaz e chegar ao maior número possível de pessoas, que, hoje, são impedidas de chegar, precisamente pelas regras que agora queremos alterar.

Por isso, para terminar, a palavra final que aqui deixo, no aparente consenso que há nesta Câmara, é que façamos esse trabalho com rigor, que percamos menos tempo a falar naquilo que não é importante, naquilo que não é relevante e que falemos para as pessoas que verdadeiramente precisam deste diploma.

Trabalhemos na especialidade, encontremos, aqui, nas várias dimensões e preocupações que aqui foram identificadas pelos vários partidos, aquilo que podemos melhorar na especialidade. Há, obviamente, essa abertura, é assim que se fazem estes processos na especialidade, mas falemos com rigor e, sobretudo, olhando para a dimensão mais importante que vocês esqueceram na vossa intervenção.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Vocês esqueceram oito anos!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — É que, verdadeiramente, estamos a legislar para as pessoas com deficiência e para a melhoria das suas condições de vida…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Está assim terminado este ponto da ordem do dia.

Vamos passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consiste na apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 221/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de garantia para assegurar o pagamento direto do diferencial das passagens aéreas abrangidas pelo subsídio social de mobilidade e 271/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de garantia financeira que assegure que os residentes das Regiões Autónomas da Madeira e Açores pagam apenas o valor fixo das passagens aéreas.

Para apresentar a sua iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Dispõe de 2 minutos para o efeito.

Pausa.

Só 1 minuto, Sr. Deputado, para darmos tempo de os Srs. Deputados se sentarem e poderem ouvi-lo.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O JPP não abdica daquela que é, e sempre será, uma das nossas principais bandeiras, que é a mobilidade dos madeirenses, dos porto-santenses e dos açorianos. Este é um combate de justiça e de dignidade que levará até ao fim, nem que para isso tenhamos de gastar toda a Legislatura a falar apenas deste assunto e a usar cada uma das nossas escassas oportunidades de agendamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já se percebeu…!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Se todos reconhecem que o Estado tem o dever, então pergunto: porque é que constroem mais muros do que pontes? Porque é que aceitam uma vergonha que é o modelo de mobilidade, que obriga os ilhéus a adiantar montantes que não têm, montantes que, muitos, nem sequer conseguem ganhar num mês de trabalho?

O projeto de resolução que hoje apresentamos é claro e simples. No ato da compra, o residente pagará apenas a parte não subsidiada, o restante deverá ser assegurado, de imediato, através de um mecanismo operacional que não penalize o passageiro — aquilo que designámos de «fundo de garantia». É assim que se constrói a verdadeira coesão social, cultural e territorial.

O que propomos é eliminar o atual escândalo, o de fazer dos madeirenses, dos porto-santenses e açorianos os bancos do Estado. Com esta medida, todos os intervenientes ficarão salvaguardados. Por um lado, os cidadãos, que pagarão apenas o que lhes compete, por outro lado, as agências de viagens e as companhias aéreas, porque receberão de imediato. E, por último, o Estado, porque vai garantir justiça e simplificação no sistema, que é hoje caro, burocrático e humilhante para os ilhéus.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, isto não é um capricho do JPP. É um clamor do povo insular que está a exigir respeito. E é, acima de tudo, a afirmação de que não existem portugueses de primeira e de segunda, e é, acima de tudo, aproximar o País e dar dignidade e igualdade aos madeirenses e açorianos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem dois pedidos de esclarecimento. Não vai ter tempo, agora, para prestar os esclarecimentos, mas poderá, eventualmente, aproveitar os 2 minutos de encerramento para poder satisfazer as respostas, se assim achar oportuno.

Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, se o Sr. Deputado do JPP aceitar, depois, a Iniciativa Liberal cederá parte do seu tempo para que o Sr. Deputado possa responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O CDS também pode ceder!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Vimos atentamente a proposta do Sr. Deputado, que propõe a criação de um fundo de garantia. Aquilo que gostaria de lhe perguntar era se não faria mais sentido ser o Estado a fazer essa regularização de contas, diretamente com os operadores, em vez de estar a criar instituições adicionais para fazer aquilo que é uma base cumpridora e não continuarmos a ter os insulares, como bem disse, a serem tesoureiros do Estado.

Aí concordamos, não têm de ser as pessoas da Madeira nem as pessoas dos Açores a adiantar dinheiro do seu bolso, que, muitas delas, provavelmente, até nem têm, para poderem fazer as viagens que terão de fazer e que está previsto nesse subsídio de mobilidade.

Portanto, a nossa pergunta é nesse sentido: para quê a criação deste fundo de garantia, quando o Estado pode, efetivamente, acionar os mecanismos para pagar diretamente aos operadores?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Ana Martins, do Chega. O Sr. Deputado responderá, depois, em conjunto.

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontro-me aqui novamente, hoje, perante esta Câmara a defender a continuidade territorial e, como açoriana, vos digo: a coesão territorial não se proclama.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — É uma obrigação do Estado, para garantir esta unidade, que as ligações entre as regiões se concretizem em condições reais de mobilidade, no dia a dia. Têm de estar presentes, no dia a dia, de todos os cidadãos,…

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — …independentemente de onde vivemos, seja em Lisboa, seja no Funchal, seja em Angra do Heroísmo, seja no Porto.

Os princípios de igualdade, de coesão e de continuidade territorial exigem ser fortalecidos com medidas concretas, medidas que, de uma vez por todas, ponham término a esta injustiça estrutural e, acima de tudo, a esta violação flagrante dos deveres constitucionais do Estado.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Hoje, mais uma vez, o Chega, perante esta Câmara, apresentou uma resposta à altura. Um modelo de garantia financeira permanente, automático e transparente, de forma a assegurar que os residentes destas regiões paguem apenas um valor fixo. Mas a grande novidade deste dia é que houve alguém que quis seguir o nosso exemplo, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Dizem-se tão autonomistas, dizem que se superam sem estar à sombra de líderes nacionais. Pois, pergunto-lhe: porquê propor a Caixa Geral de Depósitos como entidade gestora deste fundo, sendo um banco público? Isto pode implicar conflitos de interesses e riscos de politização. Como assegura que as companhias aéreas não irão inflacionar os preços, como costumam fazer?

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Que medidas estão previstas para evitar fraudes, como já ocorreu em 2023 e 2024?

Dizem-se tão autonomistas, mas pergunto-lhe: porque é que nas suas cerimónias não tocam o hino da região, mas sim o da Maria da Fonte?

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, dispõe, para responder, de 49 segundos. Foram cedidos tempos do CDS-PP e da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, em primeiro lugar agradeço a cedência de tempo. Neste espaço de debate, todos devemos ser solidários uns com os outros, e, por isso, agradeço essa disponibilidade.

Respondendo à Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, digo, simplesmente, como ilhéu, que não aceito de forma nenhuma que haja qualquer tipo de adiantamento por parte dos cidadãos ilhéus relativamente ao pagamento das viagens.

Vozes da IL: — Não percebeu!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — O modelo existente prevê precisamente essa situação e até mesmo a plataforma informática, que o Governo e o PSD defendem, vai, de uma forma direta e objetiva, continuar a obrigar os madeirenses e açorianos a adiantar o valor correspondente.

Quanto à Sr.ª Deputada do Chega, é claro que tenho de agradecer também o plágio da nossa iniciativa.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Ainda bem que o fez, porque, acima de tudo…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Tens-te em boa conta!…

O Sr. **Presidente**: — Acima de tudo, está o tempo e a forma como ele é contado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para dizer asneiras, não precisa de tempo!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 45 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — César, o Arruda?!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Porquê este projeto? Porquê? É simples. Porque temos um Estado que se agarra à Constituição para dar guarida a tudo, mas olha para as regiões autónomas e rasga a continuidade territorial;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … porque temos um Estado que se agarra à lei para dar desculpa a tudo, mas olha para as regiões autónomas e rasga a coesão territorial; porque temos um Estado que gasta 160 milhões em viagens de ministros, 370 milhões em quem faz vida de café, mas põe as ilhas a pagar fortunas, fortunas para vir ao seu próprio País.

Aplausos do CH.

Criminoso. Isto é criminoso.

O projeto que trazemos põe a nu aquilo que os números provam, e provam há muitos anos: saindo de Lisboa, hoje, e regressando no domingo, Paris, 245 €; Londres, 246 €; Berlim, 252 €; Funchal, 893 € — 893 €! Inaceitável!

Sr.as e Srs. Deputados, o projeto do Chega, tão habilmente replicado, prevê uma garantia financeira que compensa as companhias aéreas e estabelece humanismo na mobilidade de um País, que é continental, mas também atlântico, que põe o Estado a tratar as ilhas com justiça, que põe o Estado a tratar as ilhas com dignidade,…

Aplausos do CH.

… que põe o Estado a tratar as ilhas com a mesma força com que trataram o aumento do salário dos políticos, que põe a esquerda navegante a defender as ilhas com a mesma força com que defendem o Hamas, a burca e os unicórnios.

Aplausos do CH.

Sr.as e Srs. Deputados, o projeto do Chega torna claro que a defesa das ligações aéreas não se coaduna com dogmatismos ideológicos, não se coaduna com quem só se lembra da Madeira na altura das eleições,…

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … não se coaduna com quem chega à Madeira, vai à zona franca, dá uma volta pelo Funchal e chega a Lisboa a bater no peito e a dizer que sabe o que é a Madeira. Não conhecem. Nunca vão conhecer.

Srs. Deputados, a defesa das ligações aéreas a preços justos exige respostas que este projeto traz e que tornam este País maior, porque aproxima, porque cria pontes, porque repõe como cidadãos de primeira quem anda há muito tempo a ser tratado como português de segunda.

Aplausos do CH.

Estamos aqui não só para defender o fim de um sistema de reembolso que humilha, mas para trazer uma solução que não é um favor, que não é uma benesse; é dos autonomistas por direito. Por direito!

Sr.as e Srs. Deputados, a criação de garantia plasmada na proposta do Chega deixa claro que estamos cá; estamos cá também para sermos a voz dos madeirenses e dos açorianos de bem. Dos madeirenses e dos açorianos de bem, dos que pagam contas, dos que cuidam dos filhos, dos que pagam impostos, dos que olham hoje para esta Casa, para este diploma, para a votação que sobre ele vamos fazer, e que pedem que também nas ilhas, à família e ao trabalho, juntemos uma verdadeira pátria.

E é por aí que vamos, é por aí que não temos medo de ir. Aceitem ou não aceitem, queiram ou não queiram, gostem ou não gostem, é aí que está a voz das ilhas, é aí que está a voz de Portugal, é aí que está o grupo que veio para ficar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas: Queria começar por agradecer ao JPP por ter trazido este tema a debate.

Os residentes da Madeira e dos Açores aguardam há demasiado tempo uma solução sem burocracias e sem injustiças no seu direito à mobilidade. Continuam, injustamente, a ter de adiantar a totalidade do valor dos bilhetes de avião nas suas deslocações ao continente e entre as regiões autónomas. Só mais tarde são reembolsados pela sua parte suportada pelo subsídio social de mobilidade.

Isto é um problema especialmente para os estudantes e para famílias com rendimentos mais fracos, agravando os problemas de insularidade e desigualdade económica.

O Bloco de Esquerda já apresentou várias vezes propostas sobre esta matéria, a última chumbada em julho pelo PSD. Continuamos na expectativa de uma resposta e de uma plataforma informática, que é uma mera desculpa burocrática ainda não concretizada.

A solidariedade com as regiões autónomas exige soluções práticas, concretas e, por isso, aprovamos naturalmente esta iniciativa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Sofia Canha, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Sofia Canha** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: Discutimos hoje dois projetos de resolução sobre a mesma matéria, semelhantes na sua substância.

O projeto do JPP propõe que se crie um fundo de garantia dotado de 190 milhões de euros, preferencialmente gerido pela Caixa Geral de Depósitos, ou por outra entidade bancária pública, destinado a assegurar o pagamento imediato do diferencial entre o valor efetivo das passagens aéreas e o montante fixado no subsídio social de mobilidade para residentes nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Temos também o projeto do Chega, que propõe que seja criado um mecanismo de garantia financeira com gestão pública transparente que assegure o pagamento imediato do diferencial entre o preço real das passagens aéreas e o valor fixado no subsídio social de mobilidade, eliminando os atuais processos de reembolso.

Estas iniciativas, na verdade, não introduzem qualquer alteração substantiva ao modelo vigente, nem acrescentam nada de novo, diga-se, que não tenha emanado do relatório do grupo de trabalho e do decreto-lei aprovado pelo Conselho de Ministros.

Regista-se a boa intenção dos partidos proponentes, mas estas diligências servem apenas para satisfazer agendas partidárias.

Aproveito, porém, para reafirmar que o PS partilha das mesmas preocupações e defende a simplificação do modelo.

Ora, em setembro de 2024, foi emitido o relatório final do grupo de trabalho criado para analisar e rever o subsídio social de mobilidade. O Governo, em março deste ano, aprovou, por sua vez, um decreto-lei que define um novo modelo de atribuição do subsídio social de modalidade no âmbito dos serviços aéreos, acatando algumas das recomendações do grupo de trabalho.

Conforme o relatório final do grupo de trabalho, existem cinco modelos possíveis de operacionalização, e elegeram o modelo 4, com cartão de débito diferido, como o mais favorável para o cidadão, partindo de uma plataforma de registo que comunique diretamente com a companhia aérea onde se adquiriu o bilhete, bem como do financiamento de uma instituição bancária, permitindo que o beneficiário pague apenas o montante não subsidiado do bilhete no momento da compra e sem necessidade de apresentação de documentação comprovativa da elegibilidade.

No entanto, este modelo sofreu alguma resistência por parte das companhias aéreas, que alegam implicar grande complexidade logística e fragilidade em termos de cibersegurança.

Está, assim, nas mãos do Governo fazer a transição do modelo vigente para o novo modelo, ultrapassando as contingências sinalizadas e descritas no relatório citado e com as devidas salvaguardas em relação a fraudes, como o passado nos revelou.

Convém recordar que o Estado nunca falhou com as suas obrigações em termos de financiamento do subsídio social de mobilidade, cujas despesas têm crescido ano após ano, desde que um modelo foi criado em 2015 com uma base orçamental de 17 milhões no caso da Madeira.

Quero com isto dizer que a implementação do novo modelo de mobilidade, em que os residentes não tenham de adiantar o total das passagens aéreas, não depende da aprovação destes dois diplomas. Ou seja, não depende da garantia financeira do Estado, que nunca esteve em causa, mas sim da aplicação de um mecanismo seguro e viável, até já sugerido no relatório do grupo de trabalho, que refere a possibilidade de o Estado desenvolver parcerias com entidades financeiras, com a garantia que todos os cidadãos beneficiários do subsídio social de mobilidade possam ter acesso a crédito independentemente da sua avaliação de risco. Tal permite o pagamento automático do reembolso à instituição de crédito pela entidade pagadora, sem haver necessidade do envolvimento do passageiro, o que poderia reduzir os custos de crédito, segundo também o relatório.

Ora, a implementação do novo modelo depende, sim, da iniciativa do Governo, reafirmamos, a quem falta o sentido de urgência na concretização do novo modelo. E não pode alegar que a interrupção da legislatura criou entraves ao seu desenvolvimento, porque os titulares das pastas das finanças e das infraestruturas são os mesmos e a sua máquina administrativa não foi afetada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas: O subsídio social de mobilidade foi criado para garantir igualdade de oportunidades para quem vive no continente e para quem vive nos Açores e na Madeira.

Foi uma conquista muito importante para a coesão territorial e para aproximar as nossas regiões ultraperiféricas do país a que pertencem. Mas esse direito continua hoje limitado: continua a ser exercido de uma forma e através de um processo que pede adiantamentos de centenas ou milhares de euros, no caso de as pessoas viajarem em família; continua a ser um processo que exclui na prática muitas famílias que não têm disponibilidade financeira imediata. E isto é inaceitável.

Para o Livre, a mobilidade não é um privilégio, é um direito fundamental — o direito de viver onde se quer, o direito de circular livremente no seu país, o direito de manter laços com a família, com o seu trabalho, com a sua terra.

Foi este Parlamento que já corrigiu injustiças, com uma exclusão de cidadãos estrangeiros residentes nos Açores, por exemplo, mas os problemas persistem.

Por isso, defendemos um modelo universal, transparente e simples: pagar apenas o valor máximo definido na lei no momento da compra e nada mais. O resto caberá ao Estado, pagando de forma direta e sem adiantamento por parte dos cidadãos. Assim se garante justiça, dignidade e igualdade de oportunidades.

Em março, o Governo prometeu uma plataforma digital para simplificar e automatizar o processo. Gostaríamos de saber onde está essa plataforma e quando é que estará pronta. É que os cidadãos não podem esperar mais.

Não nos podemos esquecer de que a mobilidade não se faz só pelo ar. Até 2019, existia transporte marítimo de passageiros entre o continente e a Madeira. Foi interrompido, mas continua a ser uma reivindicação justa. O Livre defende que este serviço seja retomado rapidamente e incluído no subsídio social de mobilidade. O mar deve voltar a unir-nos e não a separar-nos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr.as e Srs. Deputados, a mobilidade é coesão, é liberdade, é cidadania. Não podemos pedir às populações das regiões autónomas que suportem barreiras financeiras e burocráticas que nenhum outro cidadão do País enfrenta. A mobilidade não pode ser um peso, tem de ser um direito. E esse direito tem de ser pleno, acessível e digno para todos.

Aplausos do L e do JPP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PCP defende o direito à mobilidade da população e, nomeadamente, o direito à mobilidade de todos os residentes das regiões autónomas, mobilidade entre as regiões e o continente, mobilidade só entre regiões. De facto, é necessário assegurar uma resposta para que isso seja uma realidade, garantindo, também assim, a coesão social e territorial.

Aliás, esta é uma posição conhecida do PCP, sobre a qual temos intervindo e defendido. Inclusivamente, avançámos com soluções concretas para a resolução deste problema.

É inaceitável que a população e os residentes das regiões autónomas, quando se pretendem deslocar, seja por que razão for, ao continente, tenham de suportar todo o custo associado ao bilhete, que atinge valores incomportáveis. E isso constitui um obstáculo. Não estamos só a falar de visitas de familiares, de questões de saúde, de sair para estudar. É preciso ter capacidade financeira para o fazer. Quem não a tem, não tem essa possibilidade.

E foi exatamente isso que levou o PCP, em julho deste ano, a apresentar um projeto de lei que visa a defesa dos direitos dos residentes das regiões autónomas no acesso ao subsídio social de mobilidade, projeto que foi aprovado na generalidade.

Portanto, ao dia de hoje, em que estamos a fazer este debate, aquilo que se impõe é avançarmos em sede de especialidade neste processo legislativo, para que a solução adiantada possa ver a luz do dia e resolver os problemas concretos com que os residentes das regiões autónomas estão confrontados.

É com surpresa que vemos o agendamento da discussão destes dois projetos de resolução, que, bem sabemos, são recomendações, e que não se faça aquilo que é necessário neste momento, que é centrarmos as nossas atenções e esforço neste processo legislativo em sede de especialidade, na respetiva comissão.

O Sr. Deputado do JPP veio fazer referência à urgência e à importância desta matéria, mas a verdade é que, na especialidade, foram feitas várias propostas de audições de entidades, um número alargadíssimo de entidades, o que pode colocar em causa a aprovação final desta iniciativa a tempo do Orçamento do Estado para 2026. Assim sendo, vai ser corresponsável por esta matéria não ser aprovada a tempo de ser incluída já neste Orçamento do Estado, que vamos começar a discutir em outubro.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Exatamente!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Por outro lado, propõe a audição de entidades que, ainda por cima, não têm nada a ver com o transporte aéreo, mas com o transporte marítimo. Ou seja, esta urgência e esta preocupação caíram por terra na atitude e no procedimento na comissão.

Aquilo que é importante, e volto a reiterar, é o nosso compromisso para avançar, para que, de facto, os residentes das regiões autónomas não continuem a ser penalizados e para que o seu direito seja assegurado. A solução passa por esta iniciativa que já está aprovada na generalidade. Vamos avançar, Sr.as e Srs. Deputados, para que também seja aprovada na especialidade e em votação final global, tornando-se uma realidade para os residentes das regiões autónomas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em relação àquilo que nos traz hoje aqui a debate, e agradeço ao JPP por trazer esta matéria, todos nós reconhecemos os avanços do subsídio social de mobilidade. No entanto, não podemos ignorar a injustiça que permanece. Não faz qualquer sentido — aliás, já o debatemos neste Parlamento — que os residentes da Madeira e dos Açores continuem a ter de adiantar centenas de euros para viajar, muitas vezes até por razões médicas e clínicas. Quem consegue suportar esse esforço financeiro, pode, de facto, fazê-lo. Quem não consegue, acaba por ficar para trás.

O atual método de atribuição já aqui foi debatido. Não nos faz qualquer sentido que, em particular, estudantes deslocados e famílias com rendimentos mais baixos não consigam suportar estas despesas.

O PAN também já tinha ido ao encontro das reivindicações das populações das Regiões Autónomas da Madeira dos Açores para que este subsídio fosse atribuído de forma automática e de maneira que não tivessem de autofinanciar as suas próprias viagens.

Por isso mesmo, acompanhamos a vontade que manifestam as propostas que hoje aqui são debatidas, de se autonomizar, de alguma forma, e de melhorar este mecanismo de atribuição, sobretudo a bem dos residentes destas regiões autónomas, pelo que estamos disponíveis para colaborar, na especialidade, sobre as mesmas.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O JPP e o Chega trazem hoje a debate duas propostas de criação de um fundo, quantificando, no caso do JPP, o valor de 190 milhões de euros.

Há anos que a nossa principal reivindicação, nos Açores e também nesta Câmara, é para que os açorianos só paguem o que é devido da tarifa, quando adquirem os bilhetes e as passagens. Por isso, sobre estas propostas que hoje trazem, cumpre-nos dizer, obviamente: sejam muito bem-vindos a esta nossa reivindicação.

Este Governo travou um conjunto de abusos e de fraudes que estavam a acontecer e evitou-os, também, pela obrigatoriedade da apresentação da prova de compra da passagem, com o objetivo claro de filtrar as causas da fraude e da burla identificadas.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Como aqui já foi dito, está em curso a implementação de uma plataforma, por este Governo, que tem três opções do ponto de vista do passageiro. Primeiro, quem assim quiser, não tem de ir aos CTT (Correios de Portugal) para ter o seu problema de reembolso resolvido — as pessoas podem ser reembolsadas logo que façam a compra, não necessitando de terminar a última perna da viagem, como, de resto, o Governo bem disse. Está ainda previsto um sistema de crédito diferido, exatamente para serem ressarcidas as pessoas que não têm a capacidade financeira de dar a totalidade do valor da passagem, portanto, desse ponto de vista, o esforço que as impossibilitava de viajar deixa de estar subjacente a uma impossibilidade.

As propostas que hoje são apresentadas ligam-se com a do PCP, a que a Sr.ª Deputada Paula Santos fez referência, e, de facto, do nosso ponto de vista, estão feridas de constrangimentos graves e, talvez, impensados.

Sabemos que este modelo e estas deslocações só são possíveis porque existem companhias aéreas, e estas companhias aéreas têm aviões, e estas companhias aéreas são empresas que têm uma visão empresarial, e não vimos nenhum dos proponentes, quer o PCP quer os dois partidos que hoje apresentam projetos de resolução, perguntarem às companhias aéreas se estão na disponibilidade de fazerem o trabalho de filtragem, o trabalho administrativo de garantir a elegibilidade para efeito de ressarcir os passageiros, em nome do Estado.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Estão as companhias aéreas preparadas e com vontade de fazer isso? Os senhores perguntaram? Claro que não perguntaram.

É por essa razão que o PSD, em sede de especialidade, já solicitou a sua audição, porque, se as companhias aéreas não estiverem na disponibilidade de se substituir ao Estado e de verificar a elegibilidade, de proteger das fraudes, estamos a pôr em risco um sistema de subsídio que, nesta data, funciona. Este Governo baixou as tarifas. Funciona de forma escorreita e vai ser melhorado com a plataforma que vai entrar em vigor.

Estas matérias da mobilidade dos açorianos são de absoluta importância e não se devem nunca pôr em risco por iniciativas que não são devidamente ponderadas, que são precipitadas e que têm um objetivo claro de criar títulos de jornais. No fundo, não fizeram o trabalho de casa.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Presidente, se as companhias aéreas disserem que não têm disposição para fazer o trabalho do Estado, para verificar se os bilhetes são ou não fraudulentos e, *a posteriori*, vir a receber do Estado, acaba-se o subsídio, acaba-se a mobilidade. Nenhum dos senhores contemplou esta realidade prática essencial para que seja possível o que propõem.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Não foram poucas as vezes em que o Grupo Parlamentar do CDS, quer aqui, quer na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, defendeu esta matéria com um princípio que é fundamental, que é o princípio constitucional da continuidade territorial.

Mas, com todo o respeito pela proposta do JPP e pelo agendamento de hoje, já estamos no domínio da criatividade que pouco acrescenta. Quer dizer, chegamos ao ponto — que eu, sinceramente, não me lembro de

algum dia ter visto — de termos um agendamento sobre uma matéria que está a ser discutida na especialidade. Temos, neste momento, um processo de especialidade que decorre de um debate que foi feito aqui, numa das últimas sessões, antes da interrupção dos trabalhos, no verão. Fizemos e aprovámos iniciativas, as iniciativas estão na especialidade, há audições para serem feitas, e traz-se aqui uma nova iniciativa.

O Sr. **Francisco César** (PS): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quer dizer, acho que essa criatividade, esta questão do fundo, a trazer alguma novidade, só pode prejudicar. Tenho de o dizer sinceramente ao JPP: não traz nenhuma vantagem aos madeirenses, nem aos açorianos. Não traz vantagem!

O que traz vantagem é concluirmos o processo de especialidade, que é da responsabilidade do Parlamento, e o Governo concluir o trabalho técnico, que é da sua responsabilidade. Ou seja, é acabarmos aqui as alterações que temos de fazer para que o sistema funcione melhor, e o Governo acabar a reforma técnica que está a fazer para que a plataforma entre em funcionamento e as pessoas possam beneficiar.

Por isso, a nossa votação será coerente com isso.

O que queremos é que as pessoas tenham acesso ao subsídio, paguem passagens mais baratas, não tenham de adiantar dinheiro e consigam fazê-lo com facilidade, sem ter de se deslocar aos CTT. Nada disso depende da aprovação do projeto do JPP; tudo isso depende de concluirmos o processo na especialidade e de o Governo concluir o seu trabalho. E, portanto, será isso que faremos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Vânia Jesus, do PSD.

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Como já foi dito, estamos a discutir duas iniciativas, uma do JPP e outra, a reboque, do Chega, ambas a recomendar um mecanismo financeiro para o subsídio social de mobilidade.

Como já foi bem lembrado aqui, e torno a recordar, no passado mês de julho, sobre este tema, o JPP e o Chega apresentaram iniciativas, que foram chumbadas, e, não satisfeitos, voltam a apresentar neste Parlamento recomendações que, na prática, Srs. Deputados, não acrescentam nada àquilo que já foi discutido e aprovado neste Parlamento.

Vozes do PSD: — É verdade!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Não resolvem a questão e, portanto, não têm eficácia real na solução. São recomendações para os Srs. Deputados do JPP e do Chega encherem páginas nos jornais regionais…

Aplausos do PSD.

… e passarem a ideia de que o PSD não pretende pôr fim aos adiantamentos nas viagens. Isto é falso: é puro populismo do JPP, com o Chega a embarcar nesta demagogia.

O Governo assumiu um caminho. Há um decreto aprovado pelo Governo, não é só uma boa intenção, como disse o PS. Aliás, o PSD é que fez e melhorou a revisão do modelo anterior.

A lei prevê uma plataforma digital que está em preparação pelo Governo. Aliás, isso foi dito e assumido pelo próprio ministro, no debate que tivemos anteriormente, em resposta ao Sr. Deputado do JPP. A plataforma pretende colocar fim às idas aos CTT, aos atrasos inaceitáveis nos pagamentos, e deverá ser trabalhada para permitir, num futuro próximo, duas coisas essenciais: o fim dos adiantamentos e o pagamento direto e seguro às companhias aéreas, que, como sabemos, querem certeza de pagamentos e prazos claros.

Não nos enganemos, porque a questão principal deste tema não é o financiamento, não é quanto o Estado vai pagar, mas sim como é que vai garantir que o pagamento seja feito de forma segura, transparente, confiável para todos, sem falhas nem riscos de fraude, respeitando as regras europeias.

Portanto, sejamos responsáveis, Sr.as e Srs. Deputados, e o PSD não se desviará daquilo que é efetivamente importante.

Foi também dito hoje, nesta discussão — foi bem lembrado e convém lembrar —, que há outras iniciativas, recentemente aprovadas neste Parlamento, do PSD, do CDS e do próprio PCP, que estão na comissão. A própria comissão competente já tem previstas audições a diversas entidades, para tratarmos esta matéria.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! Exatamente!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Por isso, não estamos parados, Srs. Deputados. Estamos a trabalhar.

Diria ao Sr. Deputado do JPP o seguinte: o Sr. Deputado afirmou em plena campanha que tinha como missão trazer a voz das ilhas a este Parlamento, criticando os partidos que têm representado a região nas últimas décadas. Assim, Sr. Deputado Filipe Sousa, eu digo: já muitas vozes se fizeram ouvir e contribuíram para as melhorias do subsídio de mobilidade. Não foi o JPP e, já agora, também não foi o Chega. Foi o PSD, desde a primeira hora,…

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — … que apresentou alterações e soluções concretas no subsídio de mobilidade. E é este Governo, apoiado pelo PSD, que está a executá-las.

Portanto, estamos a trabalhar e nós, Deputados do PSD e eleitos pela Madeira, não descansaremos até que a solução permita aos residentes das regiões autónomas pagarem apenas o valor líquido das viagens.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Agradeço o ponto de vista de cada grupo parlamentar aqui apresentado, mas não posso deixar de denunciar que o modelo de mobilidade vigente é injusto. É um sistema que obriga os madeirenses e os açorianos a suportar, no imediato, o peso das suas passagens aéreas, ficando meses a fio à espera de reembolsos, sujeitos a humilhações administrativas e a custos que nunca deveriam existir.

Falou-se aqui de fraudes — é verdade, acredito. Mas essas fraudes, ou essas supostas fraudes, não podem, de forma alguma, obrigar a que os cidadãos insulares continuem a suportar o custo global destas passagens.

Desafio qualquer Deputado aqui presente, e ainda há pouco o fiz, a fazer uma simulação de uma passagem aérea entre o continente e a Madeira, para amanhã e depois, e custa quase 650 € — quase 650 € que um cidadão insular madeirense teria de pagar para viajar para o território continental.

Por isso, recordo que a proposta do JPP não é um sonho distante, é uma solução exequível, realista e pronta a ser aplicada. Em vez de prejudicar as iniciativas que estão a ser discutidas em sede de comissão, vai seguramente complementá-las, porque a alteração à lei em nada dá garantias que as companhias aéreas possam aceitar essa discriminação.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta Assembleia tem uma escolha clara: continuar a compactuar com esta injustiça, mantendo os insulares reféns deste modelo, ou dar um passo histórico para garantir que a mobilidade é, de facto, um direito de todos os portugueses. Têm de o assumir de uma vez por todas.

Assim, o Estado não pode, de forma alguma, ignorar esta necessidade dos cidadãos insulares…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos, assim, ao final do nosso debate de hoje.

A Assembleia volta a reunir amanhã, às 15 horas. A agenda da sessão plenária tem, como primeiro ponto, uma fixação da ordem do dia requerida pelo Chega, no âmbito da qual serão discutidos os Projetos de Lei n.os 124/XVII/1.ª (CH) —Atribui a qualificação de profissão de desgaste rápido, bem como a atribuição de subsídio de risco, aos Bombeiros de Associações Humanitárias e aos Sapadores Florestais, 144/XVII/1.ª (CH) — Define o regime de horário de trabalho dos bombeiros sapadores das autarquias locais e reconhece a profissão como de risco e de desgaste rápido, bem como o regime de aposentação ou reforma, 168/XVII/1.ª (CH) — Determina a proibição da comercialização de madeira ardida resultante dos incêndios florestais, 169/XVII/1.ª (CH) — Aprova medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios, 173/XVII/1.ª (CH) — Aumenta a moldura penal do crime de incêndio florestal e equipara os incendiários a terroristas, 211/XVII/1.ª (CH) — Estrutura dos quadros das associações humanitárias de bombeiros, carreira e estatuto remuneratório dos bombeiros voluntários, o Projeto de Resolução n.º 252/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a criação de um fundo nacional de proteção às famílias dos bombeiros das associações humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço, os Projetos de Lei n.os 133/XVII/1.ª (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril), 163/XVII/1.ª (PAN) — Torna obrigatória a imposição de pulseira eletrónica aos condenados pela prática do crime de incêndio florestal que estão em liberdade, alterando o Código Penal, 172/XVII/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros, 230/XVII/1.ª (BE) — Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o direito ao subsídio de risco e penosidade e à cumulação de suplementos remuneratórios e antecipa a idade da reforma, e os Projetos de Resolução n.os 305/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de uma unidade de missão para a reorganização estrutural do setor operacional dos bombeiros, 306/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito da Reforma do Estado, simplifique e reorganize a defesa da floresta contra os incêndios, e 307/XVII/1.ª (PS) — Recomenda a valorização profissional dos bombeiros e o reforço do investimento na proteção civil e nos corpos de bombeiros.

No segundo ponto, haverá votações.

Muito boa noite, Srs. Deputados. Uma noite descansada e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 59 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.